Programa de governo

PREFEITO

Marquito

vice **Claudia Zininha**

Coligação **Para cuidar de Florianópolis**

PSOL, Rede, UP - Candidatos Marcos José de Abreu / Claudia Zininha

INTRODUÇÃO

um programa para cuidar de florianópolis

Florianópolis é uma cidade marcada por muitas potencialidades. A capital catarinense caracteriza-se por suas riquezas naturais e culturais, pelo potencial turístico e econômico e pelo encontro entre a tradição e a inovação. Uma cidade diversa em sua geografia e sua gente, onde as florestas, os mangues e as praias encontram-se e confundem-se com a realidade urbana.

Porém, para que esses potenciais desenvolvam-se, é preciso um projeto de cidade socialmente justo, ambientalmente responsável e que tenha como prioridade o bem estar da população. Nas últimas décadas, Florianópolis foi governada por diferentes gestões, que, apesar de divergências, representaram um mesmo modelo de gestão pública e de cidade. Esse modelo protagonizou um processo de desmonte da gestão municipal e dos serviços públicos, enfraquecendo a capacidade da Prefeitura Municipal de pensar e desenvolver políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico, social e ambiental do município. Da mesma forma, os recorrentes ataques ao serviço público, através dos processos de terceirização e privatização, bem como pela falta de orçamento e valorização dos/as servidores/as, impactaram profundamente áreas como a saúde, a educação, a coleta de lixo e a proteção ambiental.

Para piorar, observamos nos últimos anos como interesses privados têm prevalecido cada vez mais em nosso município. Por um lado, a terceirização dos serviços públicos representa um aprofundamento de denúncias de corrupção na administração municipal, que vêm tornando-se a marca da atual gestão. Por outro lado, o projeto de cidade vigente é caracterizado pelo desrespeito ao meio ambiente e pela irresponsabilidade frente à crise climática. Nesse sentido, a revisão do Plano Diretor, aprovada em 2023 em um processo antidemocrático e cheio de irregularidades, representou uma grave ameaça não apenas à preservação de nossas riquezas, mas para o futuro de nossa cidade.

Diante do desmonte das políticas públicas, da corrupção e da emergência climática, acreditamos que outra Florianópolis é possível. Defendemos um projeto de cidade em que o desenvolvimento econômico e social caminhe lado a lado com a valorização e proteção de nossas riquezas naturais. Um governo popular construído de forma participativa, capaz de inverter prioridades e colocar o bem estar da população acima de interesses privados. Uma gestão que recupere a moralidade e responsabilidade da administração pública, ao mesmo tempo em que seja atuante frente aos desafios e às demandas da população.

Por acreditar que é possível e urgente, assumimos o compromisso de apresentar um projeto alternativo para Florianópolis, pautados pela perspectiva de um governo popular e verdadeiramente democrático. A partir desse entendimento, construímos um plano de governo de forma coletiva, dialogando diretamente com os distintos setores e territórios de Florianópolis, para compreender demandas e pensar proposições a partir de uma escuta ativa e acolhedora. Durante a elaboração deste programa em movimento, foram realizadas 17 plenárias temáticas e territoriais, envolvendo cerca de 2 mil pessoas. Igualmente, realizaram-se diálogos e encontros com especialistas, entidades comunitárias e representações de categorias, em um processo coletivo pautado pelo respeito à ciência e ao povo de Florianópolis.

Assim, nosso programa de gestão baseia-se, em primeiro lugar, no fortalecimento da participação social de forma ampla e descentralizada. Na contramão das últimas gestões, que significaram o enfraquecimento dos conselhos municipais e das representações da sociedade civil, queremos construir uma cidade em que o cidadão seja protagonista das decisões que impactam a sua vida e a de sua família.

Do mesmo modo, compreendemos a importância de construir políticas públicas de forma intersetorial, integrando as diversas áreas de atuação municipal como forma de superar os grandes desafios. Para isso, é necessário recuperar a capacidade de planejamento e desenvolvimento da Prefeitura e valorizar os serviços públicos, reconhecendo sua centralidade para a garantia de direitos e para o enfrentamento dos problemas de forma efetiva.

Acreditamos, também, em um modelo de gestão que seja capaz de pensar globalmente e agir localmente. Nosso projeto se pauta por uma administração descentralizada e inovadora que se faça presente no dia a dia, onde novas tecnologias estejam a favor da população e as políticas intersetoriais sejam implementadas a partir do diálogo com as comunidades, respeitando e valorizando as particularidades de cada região.

Igualmente, defendemos um modelo de gestão que dê centralidade ao combate da emergência climática, cujos efeitos já são sentidos especialmente pela população mais vulnerável. É necessário reconhecer o potencial que Florianópolis possui na mitigação dos eventos extremos e no desenvolvimento de um modelo socialmente justo e ambientalmente responsável.

Este documento apresenta uma síntese de nosso plano de governo popular e participativo. Apresentamos abaixo os princípios, as concepções e as propostas fundamentais de nosso projeto de cidade, que se encontram divididos em três eixos: cuidar das pessoas e dos animais; cuidar da natureza; e cuidar da cidade e da economia.

Sabemos que os desafios são muitos. Por isso, ao assumir esse desafio, nos pautamos desde o princípio pelo diálogo e pela valorização de especialistas, mas também de quem enfrenta os problemas no cotidiano. Estamos seguros que esse é o caminho para construir uma cidade mais humana, mais democrática, mais justa, mais verde e mais inovadora. Assim, apresentamos a seguir um programa verdadeiramente democrático, eficiente e responsável com o presente e o futuro de nossa capital: um programa para cuidar de Florianópolis.

Eixo 1

Cuidar das pessoas

Educação

A educação é uma ferramenta fundamental para reduzir as desigualdades sociais e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Cada pessoa é única e merece uma educação que respeite suas individualidades. Devemos desenvolver políticas públicas e estratégias pedagógicas que promovam a inclusão educacional, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham as mesmas oportunidades de aprender e crescer.

A rede municipal de Florianópolis enfrenta dificuldades em fornecer atendimento de educação inclusiva para pessoas com deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento. Serviços essenciais como atendimento educacional especializado, professor de apoio e plano educacional individualizado são frequentemente negados. Não há formação mínima garantida para professores auxiliares de educação especial, nem uma quantidade suficiente de profissionais, o que resulta em alunos sem suporte durante a Hora Atividade dos professores. Além disso, há uma ausência de locais adequados para avaliação dos alunos, resultando em crianças matriculadas com diagnósticos presumidos, poucos profissionais especializados e crescente insatisfação das famílias com o atendimento público.

É essencial que a educação regular esteja preparada para ensinar as pessoas com deficiências e neurodiversas. Para isso, precisamos de concurso público para contratar professores de apoio suficientes para atender todos os alunos da rede municipal, além de termos dados claros sobre o número de pessoas com deficiência e em investigação diagnóstica em Florianópolis.

Promover a educação para a diversidade é reconhecer e valorizar as diferenças como características fundamentais do ser humano. Uma educação verdadeiramente inclusiva deve ser antirracista, anticapacitista, comprometida com a promoção da igualdade de gênero e da paz e integrar as crianças imigrantes. Ao promover uma educação que valorize a diversidade e promova a justiça social, estaremos construindo as bases para uma sociedade mais solidária e sustentável.

Entendemos que a escola, em todas as etapas da educação, é um instrumento estratégico de garantia do direito das crianças, adolescentes e jovens de conviverem com a natureza. A conexão com a natureza é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, prevenindo enfermidades como a depressão e incentivando uma cultura da paz.

Acreditamos que ao promover atividades ao ar livre e a interação com elementos naturais, a escola contribuirá com o bem-estar e o crescimento das nossas crianças. Incorporar a educação ambiental em todas as etapas do ensino é fundamental para formar cidadãos conscientes e responsáveis. No contexto atual, se faz cada vez mais necessário que as escolas sejam modelos de sustentabilidade, adotando práticas ecológicas em sua gestão e infraestrutura, como a utilização de energia renovável, reciclagem e o uso responsável da

água.

A educação ambiental em Florianópolis enfrenta desafios significativos, com programas como gerenciamento de resíduos sólidos, hortas escolares e "escola lixo zero" sofrendo problemas de implementação e falta de integração. A prefeitura não fornece materiais essenciais em quantidade suficiente e no prazo necessário, além de faltar suporte e formação para os profissionais.

A negligência da gestão atual é evidente, também, no projeto "Escola do Mar", que desde 2008 promove atividades de educação ambiental marinha, costeira e patrimonial para a rede municipal. Apesar de ser um centro de referência e ter atendido mais de 6 mil estudantes e capacitado 532 professores em 2023, o projeto enfrenta grandes dificuldades. A sede em Canasvieiras está parcialmente interditada desde 2018, e cortes nos contratos de transporte terrestre e marítimo comprometem as saídas de estudos. Com a equipe reduzida a duas profissionais, a capacidade de atendimento e formação está significativamente prejudicada.

A educação básica é o alicerce de uma sociedade justa e próspera. Devemos garantir que cada criança tenha acesso a uma educação de qualidade, desde a educação infantil e nas etapas posteriores. Para assegurar uma educação de qualidade, é indispensável garantir instalações físicas adequadas, prover equipamentos e materiais para a prática pedagógica e fortalecer programas de transporte e alimentação garantindo a alimentação escolar adequada, em consonância com o Direito Humano À Alimentação e a Nutrição Adequadas (DHANA), fortalecendo as redes de abastecimento da agricultura familiar e garantindo a qualidade nutricional e a valorização da cultura alimentar. Além disso, é imprescindível valorizar os profissionais da educação, proporcionando-lhes formação continuada, condições de trabalho dignas e remuneração adequada, pois são eles os pilares que sustentam todo o processo educacional.

Aproximadamente 57% das e dos trabalhadores da Rede Municipal de Educação de Florianópolis são contratados temporariamente (ACTs). A crescente dependência de professores temporários impacta na qualidade da educação municipal e é prejudicial financeiramente para o município e a previdência. Essa situação é especialmente preocupante na Educação de Jovens e Adultos (EJA) onde quase 90% do corpo docente é composto de professores temporários. Na educação infantil, o desafio é o reconhecimento das auxiliares de sala como profissionais do magistério. As auxiliares de sala, embora formadas em pedagogia, não recebem os direitos do magistério.

O diagnóstico da infraestrutura das escolas em Florianópolis revela vários desafios significativos que afetam a qualidade do ensino e a segurança dos alunos. O município possui 124 unidades educativas, incluindo escolas básicas e núcleos de educação infantil, cada uma com diferentes níveis de necessidade de intervenção. Muitas unidades precisam de reformas e ampliação para acomodar a crescente demanda e melhorar as condições de ensino. Algumas escolas necessitam de construções novas devido à infraestrutura inadequada, como o Centro de Educação Continuada e a Escola do Mar.

A situação atual da infraestrutura educacional em Florianópolis impacta diretamente na qualidade de ensino, segurança e bem-estar dos alunos e professores. Portanto, é urgente que o município priorize investimentos, recursos e esforços para melhorar as instalações educacionais, garantindo um ambiente seguro e adequado para o aprendizado.

Uma educação integral de qualidade vai além da simples ampliação do tempo nas instituições; ela deve abranger a formação completa dos alunos, incorporando práticas esportivas, acesso às artes e uma conexão profunda com a natureza. É essencial fornecer instalações físicas adequadas e equipamentos necessários para que os alunos possam aproveitar ao máximo sua jornada educacional. A educação integral deve ser uma porta aberta para o desenvolvimento social, preparando as crianças e os jovens para serem cidadãos conscientes e engajados.

As artes e o esporte têm papel importante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes no ambiente escolar. Promovem habilidades únicas na vida dos alunos, como a criatividade, a resiliência, o espírito de grupo; além de auxiliar no desenvolvimento de outras competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É essencial garantir instalações e materiais que propiciem as práticas esportivas e as artes nas escolas.

A educação é um direito humano universal, crucial para o desenvolvimento de cada indivíduo e da sociedade como um todo. Assim, é essencial fortalecer a EJA, reabrindo turmas e adaptando as abordagens educativas para atender às necessidades específicas de um público diverso. Muitos adultos e idosos que não tiveram a chance de concluir a educação básica durante a juventude podem elevar sua escolaridade e continuar seus estudos, demonstrando que a aprendizagem é um processo contínuo e vital.

A situação da EJA em Florianópolis apresenta um cenário desafiador e urgente a ser abordado. A partir dos dados do TSE (2022) e do Censo Escolar (2023), é possível identificar uma demanda potencial significativa para a Educação de Jovens e Adultos. No entanto, em 2023, apenas 1.123 matrículas foram registradas na rede municipal, abrangendo principalmente jovens entre 15 e 29 anos. Estima-se que as matrículas em 2023 na EJA cobriram pouco mais de 2,6% dessa população.

A maior parte dos alunos da EJA é atendida no período noturno, em espaços das escolas municipais, associações e universidades. Dois núcleos funcionam nos períodos matutino, vespertino e noturno no Centro de Educação Continuada (CEC), que apresenta condições estruturais inadequadas e falta de acessibilidade.

Embora a Escola Silveira de Souza tenha sido destinada para a EJA, a Prefeitura não assumiu o espaço e transferiu os alunos para o CEC em 2022. A EJA conta com apenas 16 professores efetivos dispersos em alguns núcleos, aproximadamente 90% dos profissionais são substitutos com alta rotatividade, comprometendo a continuidade e a qualidade do ensino.

A Educação de Jovens e Adultos é fundamental para promover a equidade e proporcionar oportunidades de inclusão social e econômica. Desde 2011, a EJA em Florianópolis adota a Pesquisa como Princípio Educativo, valorizando os saberes dos alunos e flexibilizando horários e espaços pedagógicos. A EJA é resultado de lutas e debates educacionais, especialmente da Educação Popular, visando melhorar o acesso à escolarização e, consequentemente, o posicionamento social dos trabalhadores. Investir na EJA é investir na transformação social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Propostas:

1. **Chamamento de aprovados e concurso público:** Planejar e implementar concursos públicos regulares para diminuir a dependência de professores temporários, incluindo na EJA
2. **Reconhecimento das Auxiliares de Sala:** Reavaliar a categoria das auxiliares de sala para que sejam reconhecidas como profissionais do magistério, com acesso aos direitos e benefícios correspondentes.
3. **Construção de uma escola municipal na área continental de Florianópolis;**
4. **Formação Continuada e Valorização**: Oferecer programas de formação continuada para todos os profissionais da educação, com foco em práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, além de melhorar as condições salariais e benefícios.
5. **Transparência na Educação Infantil**: Implementar sistemas de monitoramento e avaliação para garantir a transparência no acesso e na qualidade da educação infantil, assegurando que todos os direitos das crianças sejam respeitados.
6. **Mapeamento de Necessidades de Infraestrutura:** Realizar um levantamento detalhado das condições físicas de todas as unidades escolares, incluindo a EJA, e criar um plano estratégico para reformas e construções, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social.
7. **Concurso público e Formação de Professores de Apoio**: Aumentar o número de professores de apoio qualificados e oferecer formação continuada para que estejam preparados para lidar com as diversas necessidades dos alunos com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento.
8. **Desenvolvimento de Planos Educacionais Individualizados (PEI)** Estabelecer protocolos claros para a elaboração e implementação de PEIs, garantindo que eles sejam atualizados regularmente e que envolvam a participação ativa de pais e profissionais especializados.
9. **Estruturar salas e garantir materiais adequados para a educação inclusiva**;
10. **Capacitação para uma Educação Antidiscriminatória:** Implementar programas de formação permanente para todos os educadores, focados em práticas pedagógicas antirracistas, anticapacitistas e inclusivas, que promovam a diversidade e a equidade dentro das escolas.
11. **Institucionalização e Fortalecimento do Programa "Escola do Mar"**: Alocar recursos adequados para a reestruturação da sede e restabelecer os contratos de transporte terrestre e marítimo, ampliando a equipe para aumentar a capacidade de atendimento e formação de professores.
12. **Implementação de Hortas Escolares:** Desenvolver programas de hortas escolares que envolvam estudantes e a comunidade, promovendo a educação sobre alimentação saudável, sustentabilidade e responsabilidade ambiental.
13. **Escolas Sustentáveis:** Incentivar práticas de sustentabilidade nas escolas, como o uso de energia renovável, reciclagem e gestão responsável da água, integrando essas práticas ao ambiente escolar para criar consciência ambiental nos alunos.
14. **Espaços de Aprendizado ao Ar Livre:** Incentivar saídas escolares e o brincar em espaços verdes e ao ar livre nas escolas para fomentar a conexão dos alunos com a natureza e melhorar seu bem-estar mental e físico.
15. **Promoção das Artes e Esportes:** Desenvolver programas específicos que integrem artes e esportes ao currículo, com instalações adequadas e materiais que estimulem a criatividade e o desenvolvimento integral dos alunos.
16. **Ampliar a divulgação da oferta de EJA** nos meios convencionais e não convencionais para alcançar um maior número de pessoas que necessitam de escolarização.
17. **Garantia de Matrículas e Permanência:** Oferecer condições não apenas para a matrícula, mas também para a permanência dos estudantes até a conclusão do Ensino Fundamental.
18. **Transformação da Escola Silveira de Souza:** Tornar efetiva a Lei Estadual n. 16.541 de 23 de dezembro de 2014, que doou a Escola Silveira de Souza para a EJA, transformando o espaço em um centro de referência de EJA com toda a estrutura necessária.

Esporte

O esporte é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, promovendo qualidade de vida e cidadania. Ao oferecer práticas esportivas planejadas e conduzidas por profissionais capacitados, podemos descobrir potencialidades individuais e estimular o desenvolvimento físico adequado, ao mesmo tempo em que fortalecemos hábitos saudáveis e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além disso, o esporte contribui para a formação de aspectos afetivos e cognitivos,

melhorando os relacionamentos sociais e atuando como uma estratégia eficaz na prevenção de problemas sociais, como violência, evasão escolar e uso de drogas. Ele também combate doenças associadas ao sedentarismo, que afetam um em cada cinco jovens entre 10 e 19 anos. Garantir o direito ao esporte é essencial para o desenvolvimento integral e a qualidade de vida de crianças, adolescentes, adultos e idosos, e cabe ao poder público promover e apoiar essas práticas.

Florianópolis, apesar de possuir certa estrutura física para atividades esportivas, enfrenta o desafio de ampliar e descentralizar a oferta de modalidades esportivas, especialmente em bairros periféricos e comunidades. Isso permitirá a transformação de espaços subutilizados em locais de esporte e lazer, reduzindo vulnerabilidades sociais e promovendo igualdade de gênero, diversidade e respeito às diversas culturas. Além disso, é fundamental garantir que esses espaços estejam acessíveis a toda a população, independentemente de classe social, e fomentar a criação de programas esportivos inclusivos.

Para enfrentar esses desafios, é necessário expandir programas como o Bolsa Desportiva, ampliar a prática esportiva para idosos, promover a acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e investir na infraestrutura esportiva, como campos, quadras e ginásios. Parcerias públicas e privadas podem ajudar na construção e gestão desses equipamentos, tornando o esporte acessível para todos. A promoção de eventos competitivos e o apoio a clubes e federações esportivas também são ações importantes para integrar comunidades e promover a diversidade no esporte.

Propostas:

1. **Mapeamento de Espaços:** Identificar áreas subutilizadas e transformá-las em espaços para a prática esportiva e lazer.
2. **Construção e Reforma de Infraestrutura:** Construir e reformar quadras, campos, pistas de skate e centros de treinamento em diversos bairros.
3. **Envolver a comunidade dos bairros na criação e gestão dos espaços,** promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade.
4. **Torneios nas Escolas:** Implementar nas escolas municipais programas esportivos que contemplem diferentes modalidades e promovam a participação de todos os alunos.
5. **Apoiar o projeto "Escola de Porta Aberta" em parceria com a Secretaria de Educação**, promovendo a ressocialização e fortalecimento comunitário nos finais de semana.
6. **Inclusão de Pessoas com Deficiência:** Criar programas específicos para pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade e inclusão nos espaços esportivos.
7. **Valorização dos Educadores:** Capacitar profissionais para atuarem como mediadores e educadores esportivos, reforçando o papel pedagógico do esporte.
8. **Programas para Idosos:** Ampliar a participação dos idosos em atividades esportivas, com projetos específicos como os Jogos Regionais dos Idosos.
9. **Criar programas para grupos especiais** (gestantes, hipertensos, diabéticos, etc.) em parceria com a Secretaria de Saúde.
10. **Expandir com transparência o programa de apoio financeiro a jovens atletas**, garantindo recursos para treinamento e competições;
11. **Parcerias com Clubes e Federações:** Trabalhar em conjunto com clubes e federações para o desenvolvimento de talentos e promoção do esporte de alto rendimento.
12. **Desenvolver parcerias com projetos de ensino, pesquisa e extensão das universidades** para fomento da prática de esportes de forma acessível;
13. **Promover normas equitativas de gênero nos espaços esportivos**, garantindo a participação igualitária de meninos e meninas.
14. **Apoio a Iniciativas Locais:** Incentivar a criação de projetos e eventos esportivos organizados pela própria comunidade, promovendo o engajamento e a coesão social.

Cultura

Florianópolis vive um crescente movimento social e cultural, potencializado pelo aumento populacional dos últimos anos. Segundo dados recentes do IBGE, a cidade possui a maior proporção de habitantes atuando no setor da cultura no país, com 10,4% dos seus habitantes trabalhando, formal e informalmente, em atividades culturais. Florianópolis é historicamente uma cidade que produz cultura e oferece um espaço aberto para diversas manifestações culturais.

Apesar desses dados, a cultura em Florianópolis sobrevive como forma de resistência devido à ausência de orçamento proporcional às demandas existentes. As poucas ações do poder público municipal são insuficientes frente ao potencial do setor. A falta de respeito com a cultura tem sido recorrente nas últimas administrações municipais, evidenciada pelo não lançamento de editais, prazos desrespeitados e legislações não aplicadas. A pandemia e a ausência de políticas públicas agravaram ainda mais a situação. A falta de transparência na atual gestão, marcada por casos de desvio e corrupção, é notória, o que levou ao afastamento e prisão do ex-secretário de Cultura e Esporte e assessores.

A cultura deve ser entendida em toda sua amplitude e pluralidade, trazendo à tona questões históricas e de memória da formação da sociedade de Florianópolis. Para discutir a cultura na cidade, é necessário reconhecer sua diversidade multiétnica e promover um processo democrático de construção de políticas públicas. É fundamental abrir espaço para

novas formas de manifestações e linguagens, preservando e fomentando o que já existe, mas também recebendo a carga cultural dos novos habitantes vindos de diversos lugares.

A gestão cultural de Florianópolis deve valorizar processos inclusivos, fomentar o desenvolvimento social e a formação de novos públicos, estimulando manifestações culturais das periferias e garantindo acesso aos bens culturais para a população em situação de vulnerabilidade social. Pensar a cultura é preservar características acumuladas ao longo da história e respeitar suas dinâmicas no presente e futuro.

Uma ampla reestruturação da cultura no município é necessária, a partir de um orçamento proporcional às demandas, incentivo à organização dos setores culturais, democracia participativa, descentralização dos fazeres culturais, valorização dos servidores públicos da Cultura, reestruturação da Secretaria de Cultura e a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. É necessário estruturar suportes que permitam processos transparentes e desburocratizados, democratizando o acesso aos recursos públicos para os fazedores de Cultura em todo o território da cidade, e garantir que a população tenha acesso amplo e irrestrito à arte, à memória e ao reconhecimento cultural.

Propostas:

1. **Fortalecer o Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis**, garantindo que suas decisões sejam respeitadas e operacionalizadas.
2. **Realizar o mapeamento das expressões culturais**, artistas, agentes, gestores, produtores, técnicos, entidades e coletivos para gerar indicadores qualitativos e quantitativos.
3. **Promover a institucionalização da cultura no município**, alinhada ao Sistema Nacional de Cultura, e garantir o aumento do orçamento da Cultura.
4. **Reestruturar a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes**, ampliando o quadro de servidores e valorizando os profissionais.
5. **Proporcionar diversidade cultural e transversalidades** de gênero, diversidade e raça, primeira infância e acessibilidade na política cultural.
6. **Promover a representatividade em todos os editais e processos seletivos** do município, incluindo categorias de diversidade cultural como pessoas negras, LGBTIA+, migrantes, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas de religião de matriz africana, pessoas com deficiência, neurodivergentes, mulheres, pessoas trans e não binárias, imigrantes, mães solo, crianças e idosos.
7. **Democratizar a comunicação e informação da produção cultural local.**
8. **Descentralizar e democratizar o acesso à cultura**, a partir do fomento a cineclubes, criação de espaços e galerias de artes, centros de formação e capacitação em diversas regiões e bairros do município, priorizando as regiões periféricas.
9. **Promover políticas de preservação da memória e do patrimônio histórico**, por meio de programas específicos.
10. **Assegurar a salvaguarda de bens artístico-culturais** de domínio público e do patrimônio material, imaterial e natural.
11. **Valorizar e apoiar os saberes tradicionais**, como ervas medicinais, terreiros e benzedeiras.
12. **Incentivar eventos gratuitos e uso dos espaços públicos** como praças, parques, calçadões e ruas.
13. **Apoiar o projeto "Escola de Porta Aberta" em parceria com a Secretaria de Educação**, promovendo a ressocialização e fortalecimento comunitário nos finais de semana.

Assistência Social

A assistência social é um direito constitucional e uma política pública essencial para garantir a dignidade humana, a inclusão social e a redução das desigualdades. Em um contexto de crescimento populacional e aumento das vulnerabilidades sociais, como o que se observa em Florianópolis, a importância da assistência social torna-se ainda mais evidente. A política de assistência social promove a proteção social, oferecendo suporte e proteção a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando acesso a serviços essenciais e benefícios que garantem a sobrevivência e a dignidade. Ela também combate a pobreza, a exclusão social e a violência, implementando programas e ações que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além disso, a assistência social fomenta o desenvolvimento humano e social por meio de serviços de convivência, fortalecimento de vínculos e promoção de direitos.

A assistência social em Florianópolis enfrenta atualmente um conjunto significativo de desafios que afetam a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à população. A equipe de servidores não cresceu conforme o aumento da demanda. Pelo contrário, houve uma redução significativa no número de servidores, passando de 398 em 2017 para 332 em 2021, devido a aposentadorias e exonerações sem reposição adequada. A falta de pessoal resultou em uma sobrecarga de trabalho extrema, com servidores atendendo até 6,91 vezes mais do que o previsto, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Essa situação levou ao adoecimento e a pedidos de exoneração.

Além disso, as unidades de atendimento enfrentam problemas de infraestrutura inadequada e falta de equipamentos necessários, comprometendo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. A maioria das ações e estratégias planejadas para melhorar os serviços socioassistenciais não foram realizadas. Houve reprogramação contínua dos saldos remanescentes do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para os anos

seguintes, devido à falta de planejamento e pessoal na gestão. A terceirização progressiva dos serviços estatais de alta complexidade, iniciada em 2017, substituiu gradualmente esses serviços por contratos de parceria com entidades, muitas das quais não estão inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e não atendem à Tipificação de Serviços Socioassistenciais.

A perspectiva de uma assistência social efetiva deve ser diferenciada do assistencialismo. Enquanto a assistência social busca a emancipação e a autonomia dos indivíduos, oferecendo-lhes as ferramentas e o suporte necessário para superarem suas condições de vulnerabilidade, o assistencialismo não promove mudanças estruturais. Por isso, é fundamental que os serviços sejam prestados pelo Estado e estejam tipificados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo é garantir que as ações de assistência social estejam alinhadas com a dignidade humana e garantia dos direitos humanos, e que possibilitem o acesso com qualidade aos serviços do SUAS.

É fundamental reconhecer a importância de uma atenção especial às mulheres, crianças e adolescentes, jovens, pessoas LGBTIA+, pessoas negras, imigrantes, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados. A assistência social deve ser sensível às necessidades específicas desses grupos, garantindo-lhes proteção contra a violência, apoio socioeconômico e acesso a serviços que promovam sua autonomia e bem-estar. Programas direcionados para a proteção e empoderamento de mulheres, migrantes, o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a inclusão de jovens no mercado de trabalho, o cuidado digno de idosos, o acolhimento das pessoas LGBTIA+ vítimas de violências, a acessibilidade para pessoas com deficiência, o combate ao racismo e promoção da equidade racial são essenciais para uma política de assistência social efetiva e justa.

A intersetorialidade é um aspecto crucial para a efetividade da política de assistência social. A integração entre diferentes políticas públicas e áreas de atuação, como saúde, educação, trabalho e segurança, é fundamental para garantir uma abordagem sistêmica e eficaz. A articulação entre os serviços permite um atendimento mais completo e integrado às necessidades da população, promovendo uma resposta mais eficiente e coordenada às diversas formas de vulnerabilidade social.

A garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um compromisso fundamental. Esses direitos incluem a proteção contra qualquer forma de violência, o acesso à educação e à saúde, à convivência familiar e comunitária, e a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer. A implementação de políticas e programas voltados para a infância e adolescência deve ser uma prioridade, assegurando que todas as crianças e adolescentes tenham oportunidades de desenvolvimento integral e proteção social.

A questão da segurança alimentar e nutricional é outra dimensão crucial da assistência social. Garantir que todos tenham acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente é fundamental para promover a saúde e o bem-estar da população. A criação e fortalecimento de equipamentos de segurança alimentar e nutricional são estratégias essenciais para combater a fome e a má nutrição.

A população em situação de rua também enfrenta sérias violações de direitos, necessitando de atenção especial dentro das políticas de assistência social. É vital implementar programas que ofereçam não apenas abrigo temporário, mas também oportunidades de reintegração social, acesso a serviços de saúde, suporte psicológico e oportunidades de emprego. A abordagem deve ser centrada nos garantia dos direitos humanos, promovendo a dignidade e a inclusão social dessas pessoas.

Em Florianópolis, o direito de acesso ao Cadastro Único (CadÚnico) tem sido negado a grande parte da população, devido à falta de técnicos e entrevistadores, além de equipamentos insuficientes e mal mantidos. Além disso, a não utilização dos recursos federais para fortalecer o CadÚnico contribui com o agravamento da precarização da Assistência Social no município.

Desde 2017, os serviços estatais de Alta Complexidade foram sendo substituídos gradualmente por contratos de parceria com entidades, muitas das quais não estão inscritas no CMAS e não atendem à Tipificação de Serviços Socioassistenciais. Esses serviços são financiados com recursos da Assistência Social, mas não estão no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o que impede a fiscalização pelo CMAS. As consequências para a população são visíveis, com um aumento significativo de denúncias à Ouvidoria, ao CMAS e ao Ministério Público.

Não há transparência na aplicação da Lei de Assistência Social de Florianópolis n. 9.863/2015, que determina o repasse de 10% da receita do município ao FMAS. A reprogramação contínua dos saldos remanescentes do FMAS para o ano seguinte é atribuída à falta de planejamento e pessoal na gestão.

Diante desse cenário, é imprescindível que a Administração Municipal de Florianópolis assuma um compromisso firme com a reformulação e fortalecimento da política de assistência social, garantindo que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a uma rede de proteção social eficiente e de qualidade. A proposta apresentada a seguir visa enfrentar os desafios identificados e promover uma assistência social mais justa, inclusiva e sustentável no município.

Propostas:

1. **Reforçar o quadro de servidores da assistência social** para atender à demanda crescente, com contratação de novos profissionais por meio de concurso público e implementação de programas de capacitação contínua para os profissionais da assistência social.
2. **Melhorar a infraestrutura das unidades de atendimento**, com reforma e

adequação das unidades existentes, construção de novas unidades de acordo com mapeamento das necessidades e atualização e manutenção de equipamentos e tecnologia necessários para o funcionamento eficiente e com qualidade dos serviços.

3. **Aumentar a transparência e a eficiência na execução orçamentária**, evitando a reprogramação contínua dos saldos remanescentes e garantindo o repasse de 10% da receita municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).
4. **Assegurar o cumprimento das metas e ações estabelecidas** no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).
5. **Fortalecer o acesso universal aos serviços socioassistenciais**, expandindo a oferta dos serviços, aumentando a capacidade de atendimento às demandas, desenvolvendo programas específicos para a população em situação de rua, mulheres, migrantes, pessoas LGBTIA+ vítimas de violência e pessoas com deficiência ou neurodivergentes.
6. **Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social**, garantindo sua atuação efetiva e incentivando a participação dos usuários nos espaços de controle social.
7. **Aumentar a transparência** tornando os dados sobre recursos financeiros acessíveis à população
8. **Promover campanhas** para informar a população sobre seus direitos e serviços disponíveis.

Segurança Alimentar e Nutricional

Atualmente, Florianópolis enfrenta diversos desafios na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Embora exista uma lei municipal de SAN, ela nunca foi implementada, o que impede a criação de políticas públicas efetivas. A cidade carece de políticas de incentivo à agricultura urbana e periurbana agroecológica e de espaços para garantir o acesso a alimentos a preços populares, como mercados e feiras voltadas à comercialização de produtos da agricultura familiar. Além disso, os equipamentos públicos de SAN, como o único Restaurante Popular, funcionam de forma terceirizada e o Banco de Alimentos anunciado ainda não está em operação. Não há cozinhas comunitárias enquanto equipamento público de SAN, previsto no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com responsabilidade do município.

Para superar a situação atual e alcançar o cenário desejado, é necessário ampliar a percepção de que a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito humano, garantido juntamente com todos os demais direitos humanos. O SISAN precisa ser compreendido publicamente como fundamental para a garantia dos demais direitos humanos, ao lado do SUS e do SUAS.

De acordo com dados do IBGE (2022), mais de 80 mil pessoas em Florianópolis vivem em situação de pobreza ou baixa renda, o que impacta diretamente na sua segurança alimentar. A fome, a miséria, o desemprego e as dificuldades de acesso à saúde, educação e habitação estão relacionados à falta de políticas públicas voltadas para a alimentação. Além disso, apesar de existir legislação que garante Florianópolis como Zona Livre de Agrotóxicos, a produção de alimentos agroecológicos pela agricultura familiar não é promovida, tornando a cidade dependente de alimentos com agrotóxicos.

Para transformar a realidade da Segurança Alimentar e Nutricional em Florianópolis, propomos revisar a lei municipal de SAN (Lei n. 9.355/2013) para promover políticas públicas pautadas pela produção, disponibilidade, distribuição, acesso e consumo de alimentos. É essencial fortalecer o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional através da implementação de políticas públicas municipais estruturantes, principalmente as que garantem empregabilidade e renda para todos. A efetiva implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no nível municipal é crucial.

Um Programa Municipal de Fortalecimento da Agricultura Familiar deve ser criado, alinhado à Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e à Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. Também é necessário destinar orçamento para compras institucionais da agricultura familiar com recursos próprios do município. É fundamental a criação de uma Rede Municipal de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo restaurantes populares, cozinhas comunitárias e solidárias, bancos de alimentos, hortas comunitárias, entrepostos públicos da pesca artesanal e fortalecimento das feiras livres da agricultura familiar.

Além disso, é necessário promover políticas públicas voltadas para a inclusão social, especialmente para a população em situação de rua e povos indígenas, oferecendo condições dignas de habitação, educação e saúde, respeitando suas culturas e tradições. A política de habitação municipal precisa ser repensada para ser mais humana e acessível, não privilegiando apenas a especulação imobiliária. Uma política de segurança pública mais humana e menos preconceituosa deve ser implementada, atuando com princípios éticos e sem culpabilizar populações vulneráveis.

Políticas públicas de incentivo à agricultura urbana e periurbana agroecológica devem ser criadas, estabelecendo mercados e feiras para a comercialização de alimentos a preços acessíveis. A criação e manutenção de hortas urbanas, feiras populares e parques populares são essenciais para facilitar o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. A Segurança Alimentar e Nutricional deve ser tema de campanhas de conscientização sobre a importância da alimentação saudável nas escolas. Incentivar a participação da comunidade em programas de segurança alimentar e promover a educação sobre práticas agroecológicas também são ações importantes.

Com essas ações, Florianópolis pode se transformar em um modelo de cidade que

garante a segurança alimentar e nutricional para todos, promovendo a inclusão social, a sustentabilidade e a equidade.

Propostas:

1. **Revisar a Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional** para promover uma política municipal pautada pelos quatro elementos orientadores das ações de Segurança Alimentar e Nutricional: produção e disponibilidade de alimentos, distribuição, acesso e consumo;
2. **Fortalecimento do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional** por meio da implementação de políticas públicas municipais de natureza estruturante, principalmente aquelas que se voltam para garantir a empregabilidade e a renda para todos;
3. **Implantação efetiva do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (**SISAN), através da execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, PNSAN, em nível municipal, bem como da revisão da lei municipal de SAN (Lei n. 9.355/2013)
4. **Criação de um Programa Municipal de Fortalecimento da Agricultura Familiar** alinhado à Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO).
5. **Criação da Rede Municipal de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional** com a implementação de restaurante popular com gestão pública e integrado às políticas de SAN, cozinhas comunitárias e solidárias, bancos de alimentos, fortalecimento e ampliação das feiras livres da agricultura familiar, hortas comunitárias e entrepostos públicos da pesca artesanal

Saúde

A saúde é um direito humano e fundamental garantido pela nossa Constituição da República, essencial para o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade. A saúde municipal, como sistema complexo e interdependente, envolve a integração de múltiplos fatores, incluindo infraestrutura, recursos humanos, gestão, tecnologia e participação comunitária. Em Florianópolis, enfrentamos desafios significativos que demandam uma abordagem sistêmica e coordenada para garantir a eficácia e a eficiência dos serviços públicos de saúde.

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Florianópolis reprovou o Relatório Anual de Gestão 2023 da Secretaria Municipal de Saúde, identificando uma série de deficiências na gestão e execução das políticas de saúde no município.

A saúde pública em Florianópolis enfrenta um cenário crítico marcado por desafios estruturais, financeiros e administrativos. Os dados revelam um desempenho insuficiente nas metas de saúde, um investimento aquém do necessário, falta de transparência na gestão dos recursos, políticas de recursos humanos ineficazes, problemas de infraestrutura, terceirizações mal conduzidas e projetos mal planejados. Estes fatores têm comprometido significativamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Em 2023, das 69 metas estabelecidas para o setor de saúde, 40 não foram cumpridas integralmente, e 21 delas não alcançaram nem sequer 50% de execução. Isso evidencia a ineficácia na implementação das estratégias de saúde planejadas pelo município. A incapacidade de atingir as metas reflete não apenas uma falha na execução, mas também na concepção e monitoramento das ações de saúde pública. Tal desempenho compromete a confiança da população nos serviços de saúde oferecidos e impede avanços significativos na melhoria dos indicadores de saúde locais.

O investimento de apenas 18,33% da receita municipal em saúde em 2023 foi insuficiente para atender às necessidades de um município do porte de Florianópolis. Este percentual está abaixo do necessário para garantir serviços de qualidade e alcançar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde. A insuficiência de recursos afeta diretamente a capacidade do município de realizar investimentos em infraestrutura, contratação de pessoal e manutenção de serviços essenciais, resultando em um sistema de saúde defasado e ineficaz.

A gestão dos recursos na saúde pública de Florianópolis tem sido marcada pela falta de transparência na prestação de contas. A falta desta clareza levanta preocupações sobre a administração e a aplicação eficiente dos fundos públicos, comprometendo a confiança da população e dos órgãos fiscalizadores.

A política de recursos humanos na saúde pública de Florianópolis tem se mostrado ineficaz, especialmente devido à dependência excessiva de contratações temporárias. Esta prática resultou em alta rotatividade de profissionais, o que prejudica a continuidade dos serviços e a qualidade do atendimento prestado à população. A falta de estabilidade nas equipes de saúde gera um ambiente de trabalho insatisfatório e impacta negativamente a experiência dos usuários, que enfrentam a descontinuidade no acompanhamento e tratamento de suas condições de saúde. Além disso, a ausência de concursos públicos para a contratação de servidores efetivos impede o fortalecimento das equipes, a construção de relações de confiança com os pacientes e o aprendizado institucional, elementos fundamentais para o sucesso de programas de saúde pública.

A infraestrutura inadequada das unidades de saúde em Florianópolis é um dos principais fatores que contribuem para as longas filas de espera por exames e consultas. Muitos centros de saúde necessitam de reformas urgentes e atualização de equipamentos para atender adequadamente à demanda crescente da população. A escassez de profissionais de saúde e o prontuário eletrônico ineficaz agravam ainda mais o problema, tornando o atendimento lento e ineficiente. Os usuários enfrentam extensos períodos de espera, o que não só afeta a sua satisfação e bem-estar, mas também agrava problemas de saúde que poderiam ser resolvidos com intervenções mais rápidas. Melhorar a infraestrutura, os sistemas digitais e

ampliar o corpo de profissionais são medidas essenciais para reduzir as filas de espera e garantir um atendimento mais ágil e eficaz.

A terceirização de unidades de saúde, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e o Complexo Hospitalar (Multihospital), tem sido realizada sem a devida avaliação e cumprimento das normativas legais. Isso levanta sérias preocupações sobre a eficiência e transparência desses contratos. A falta de estudos de viabilidade, auditorias e fiscalização adequadas contribui para a má gestão desses contratos, resultando em desperdício de recursos e na oferta de serviços de qualidade inferior à esperada. A terceirização, quando mal conduzida, pode comprometer o acesso equitativo aos serviços de saúde e enfraquecer o sistema público, que deveria ser o pilar principal na prestação de cuidados à população. É fundamental garantir que todos os projetos sejam planejados com rigor técnico e transparência, assegurando que cada real investido contribua para a melhoria do sistema de saúde como um todo.

Num contexto maior e não menos importante, a saúde planetária constitui campo emergente que foca na interseção entre a saúde humana e a saúde dos sistemas naturais dos quais dependemos. Para modernizar o SUS a nível municipal, é fundamental incorporar essa perspectiva, garantindo que as políticas e práticas de saúde não apenas melhorem a saúde das pessoas, como também promovam a resiliência frente aos desastres e a sustentabilidade ambiental.

Para garantir a eficiência e sustentabilidade do SUS, é crucial investir no aperfeiçoamento dos servidores da saúde, integrando conhecimentos sobre mudanças climáticas, poluição e saúde ambiental nas ações de planejamento anual e quadrienal. Além disso, os investimentos e projetos de infraestrutura das unidades de saúde devem ser orientados pela eficiência energética, ambiência adequada e incorporando sempre que possível espaços verdes como jardins terapêuticos e hortas medicinais, dado seu potencial de contribuir com o bem-estar dos pacientes e profissionais, além de contribuir para a biodiversidade urbana.

A proposta para modernização do SUS em Florianópolis inclui o fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares (PIC), como acupuntura, fitoterapia e yoga, que podem complementar a medicina convencional, promovendo o bem-estar integral dos pacientes. A inclusão dessas práticas pode reduzir a dependência de medicamentos sintéticos e tratamentos invasivos, diminuindo assim o impacto ambiental. Além disso, é essencial implementar e ampliar programas de gestão de resíduos hospitalares, promovendo a reciclagem, a redução de custos e ainda o descarte seguro de materiais perigosos.

Para modernizar o SUS de forma sustentável, é necessário um compromisso conjunto de governos, profissionais de saúde e comunidades. A adoção de medidas sustentáveis fortalecerá o sistema de saúde, reduzirá custos a longo prazo e melhorará a qualidade de vida da população, criando um círculo virtuoso de benefícios ambientais e de saúde pública.

Além disso, é fundamental considerar a promoção de cuidados específicos relacionados à saúde reprodutiva, saúde mental e prevenção de violências para mulheres; a implementação de ações afirmativas para garantir acesso igualitário aos serviços de saúde e enfrentamento ao racismo institucional; o foco em programas de desenvolvimento infantil para a primeira infância; a garantia de acompanhamento médico-psicológico, programas de vacinação e ações educativas para crianças e adolescentes; a implementação de programas que abordem saúde sexual e reprodutiva, a prevenção de violências e a promoção da saúde mental para a juventude; e a adoção de políticas de cuidado contínuo, promoção de atividades físicas e sociais e garantia de acesso a tratamentos para idosos. É necessária a criação e implementação de uma política pública municipal de saúde que atenda às especificidades das pessoas LGBTIA+, com a garantia de acesso desta população aos programas de saúde em toda a rede municipal, com foco no acolhimento e no respeito às diversidades.

O diagnóstico atual revela uma rede municipal composta por diversas unidades de saúde, incluindo centros de saúde, policlínicas, UPAs, CAPS e laboratórios, que operam de forma fragmentada e com recursos insuficientes. A falta de integração e a sobrecarga dos profissionais de saúde comprometem a qualidade do atendimento e a satisfação dos usuários.

Para enfrentar esses desafios, é necessário investir no quadro de servidores da saúde, realizando concursos públicos e atraindo bons profissionais para repor imediatamente as vacâncias decorrentes de aposentadorias e exonerações, e ampliando o número de servidores conforme for necessário. A formação contínua dos profissionais de saúde e a implementação do plano de carreira que valorize e incentive a permanência dos servidores são essenciais.

Com o objetivo de garantir um atendimento adequado à população, é imprescindível melhorar a infraestrutura das unidades de saúde, com a construção de novas unidades e a reforma das existentes. Além disso, é importante garantir a execução eficiente do orçamento da saúde, evitando a reprogramação contínua dos saldos remanescentes e assegurando que os recursos sejam utilizados de forma planejada e eficaz.

A promoção de programas de atenção primária à saúde, serviços especializados e campanhas de educação em saúde são essenciais para garantir o acesso universal e integral aos serviços de saúde.

Dentre os desafios estruturais é imprescindível ainda uma política clara de saúde digital, com planejamento e investimentos em segurança e integração das informações de saúde, reconhecendo-se o papel fundamental da Secretaria de Saúde como fiel guardiã das informações clínicas das pessoas e sustentabilidade ao longo do tempo. Isso garante a confidencialidade, redução de custos e a correta utilização destas informações em benefício da própria população.

A saúde animal também se insere no debate da saúde integral. É importante estruturar e ampliar políticas públicas voltadas à defesa animal e controle populacional de cães e gatos, por meio de projetos de castração. Atualmente, a Diretoria de Bem-estar Animal não

consegue atender a demanda de atendimento, abrigo e castração dos animais. Há que se ampliar o olhar para outros programas que não apenas o projeto de castração, programas voltados para a educação socioambiental com o viés animal, para conscientização sobre o abandono de animais e crueldade, para saúde e zoonoses. Os movimentos e coletivos de proteção animal são estruturas que não podem mais absorver as demandas da saúde animal sem uma contrapartida do poder público. O bem-estar animal é uma perspectiva de saúde coletiva que engloba humanos e não humanos e também deve ser priorizado.

Diante desse cenário, é imprescindível que a administração municipal de Florianópolis assuma um compromisso firme com a modernização e fortalecimento do sistema de saúde, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a uma rede de saúde eficiente e de qualidade. A proposta apresentada visa enfrentar os desafios identificados e promover uma saúde mais justa, inclusiva e sustentável no município.

Propostas:

1. **Implementar reformas estruturais e construir novas unidades de saúde** em áreas desassistidas e expandir as existentes nos bairros que mais cresceram**,** garantindo ambientes bem dimensionados, seguros e adequados para o atendimento de qualidade. Alinhar essas melhorias aos imperativos de eficiência energética e resiliência frente às mudanças climáticas.
2. **Realizar concursos públicos** para contratar mais servidores qualificados, promovendo maior estabilidade nas equipes de saúde e reduzindo a dependência de contratos temporários
3. **Contratar agentes comunitários de saúde,** de combate a endemias e assistentes administrativos para preencher lacunas críticas nas unidades de saúde e restabelecer a função dos agentes de saúde.
4. **Desenvolver programas de educação permanente** para a saúde, valorizando profissionais com especializações e experiências relevantes, e atraindo novos talentos para a área.
5. **Atendimento preventivo:** promover programas de cobertura vacinal e reestruturar os programas de saúde da família e comunidade, focando no atendimento preventivo.
6. **Implementar um programa de atenção domiciliar,** deslocando equipes de saúde até os pacientes para reduzir a pegada de carbono e melhorar a eficiência do atendimento.
7. **Aumentar o investimento em saúde** em 2% ao ano até alcançar 25% da receita municipal, conforme deliberado na 9ª Conferência Municipal de Saúde.
8. **Transparência:** Estabelecer mecanismos rigorosos e periódicos de monitoramento e avaliação dos gastos para garantir a transparência na utilização dos recursos públicos.
9. **Participação social:** Fortalecer o papel do Conselho Municipal de Saúde na supervisão das decisões e gastos da saúde pública, garantindo a participação ativa da comunidade na gestão de saúde.
10. **Revisar contratos de gestão terceirizada** para assegurar a fiscalização adequada, o cumprimento de metas e promover o ganho de eficiência.
11. **Saúde digital:** Implementar auditorias periódicas nos contratos da Secretaria de Saúde e aderir a softwares/sistemas públicos como o e-SUS.
12. **Educação em saúde:** Ampliar a execução de ações preventivas e de promoção de saúde em todas as unidades, incluindo campanhas de educação em saúde.
13. **Fortalecer práticas integrativas e complementares (PICs)** como acupuntura, fitoterapia e yoga para complementar a medicina convencional.
14. **Retomar a Rede Cegonha** e o acompanhamento de mulheres grávidas e mães, tratando a gravidez infanto-juvenil com uma abordagem multissetorial.
15. **Implementar o Centro de Parto Normal e programas de parto humanizado,** além de promover a formação e inclusão das Doulas no processo.
16. **Implementar programas de gestão de resíduos sólidos e hospitalares,** promovendo reciclagem e descarte adequado de materiais, especialmente os perigosos.
17. **Desenvolver espaços verdes nas unidades de saúde,** como jardins terapêuticos, para melhorar o bem-estar de pacientes e funcionários.
18. **Reestruturar as políticas públicas de saúde mental**, incluindo a contratação de profissionais e o estabelecimento de um CAPS III no Multihospital.
19. **Implementar políticas públicas voltadas à população em situação de rua,** integrando saúde geral, cobertura vacinal, segurança alimentar e saúde mental com assistência social.
20. Promover políticas de **enfrentamento ao racismo institucional.**
21. Capacitar profissionais para o atendimento de pessoas com autismo e outras deficiências;
22. **Dialogar com o Conselho Municipal de Direitos LGBTIA+** para promover a implementação das políticas públicas previstas no Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos das Pessoas LGBTIA+, principalmente no Eixo Saúde, previsto no Decreto n. 20.522/2019;
23. **Beneficiários do Programa Bolsa Família:** Acompanhar 100% das pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família, assegurando a cobertura vacinal,

acompanhamento nutricional e pré-natal;

24. **Ampliar o número de bases do SAMU,** ambulâncias e equipes para o suporte básico de vida.
25. **Investir nas UPAS,** ampliando as equipes e tecnologias de apoio diagnóstico e tratamento.
26. **Restruturar a Diretoria de Bem-estar Animal.**
27. **Zoonoses:** Ampliar políticas de fiscalização e controle de zoonoses.
28. **Articular a construção do hospital veterinário público** e um sistema de identificação para assegurar a saúde e bem-estar animal na cidade.

Segurança pública

Nosso projeto de cidade compreende que problemas complexos precisam ser entendidos e enfrentados a partir de um olhar intersetorial. Esta compreensão não é diferente para a pauta da segurança pública, em que entendemos a importância de somar ações para superar desafios. Nessa perspectiva, é preciso compreender que estar seguro significa ter uma vida saudável, estar protegido das violências e com acesso a recursos essenciais para realizar projetos de vida, como emprego, moradia e educação.

Florianópolis viu sua população crescer significativamente nos últimos anos. Por um lado, este aumento se reflete positivamente em vários aspectos como no fortalecimento da economia, nos novos intercâmbios culturais e ampliando saberes e conhecimentos. Por outro lado, o crescimento populacional sem políticas públicas e sem planejamento adequados aprofundam problemas sociais como o déficit habitacional, a degradação ambiental e a insegurança da população.

Acreditamos num modelo de segurança pública humanizado e bem estruturado, capaz de atuar com inteligência e de forma preventiva. Para isso, é fundamental que as políticas de segurança pública estejam integradas de forma intersetorial e no permanente diálogo com as comunidades, de forma a desenvolver ações efetivas na garantia da segurança de toda a população. Da mesma forma, pautamos a importância da consolidação de diretrizes de atuação, garantindo transparência, efetividade e a proteção tanto dos agentes de segurança quanto dos cidadãos.

Defendemos também a importância de políticas intersetoriais focadas no combate à violência doméstica, à violência de gênero, à violência contra crianças e adolescentes e à contra a população negra e a população LGBTIA+. Estas ações devem ser construídas de forma participativa e responsável, pautando processos formativos aos agentes de segurança, políticas educativas e protocolos eficientes de prevenção e neutralização de violências.

Propostas:

1. **Reestruturar a Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública**, que passará a se chamar **Secretaria Municipal de Segurança Cidadã**, de modo a implementar um novo modelo municipal de segurança cidadã, que se insira no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e siga as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, tendo por foco a prevenção, a garantia de direitos e o controle social;
2. **Reativar e garantir o funcionamento do Conselho de Segurança Municipal de Florianópolis - CONSEM**, com a participação popular na formulação de políticas públicas em segurança pública, com representação de todos os segmentos sociais, setores econômicos e áreas da cidade;
3. **Valorizar e defender a carreira e a vida dos servidores da Guarda Municipal**, prezando pelo cumprimento dos planos de carreira e garantindo condições adequadas para o exercício de sua função**;**
4. **Priorizar as ações de inteligência e prevenção na segurança pública,** investindo em tecnologias e procedimentos e garantindo que as ações dos agentes de segurança sejam pautados por protocolos e pela transparência;
5. **Integrar as Políticas de Segurança Municipais aos Conselhos de Segurança (CONSEGs)**, buscando uma segurança baseada nas relações de vizinhança;
6. **Promover maior diálogo e integração entre a Prefeitura e as Polícias Militar, Civil e Federal**, objetivando mediar e evitar situações de violência institucional e garantir a segurança das pessoas;
7. **Implementar a Patrulha Municipal Maria da Penha** com a utilização de viaturas da Guarda Municipal na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica.
8. **Implementar políticas intersetoriais de combate à violência doméstica, violência de gênero, violência contra crianças e adolescentes, racismo e violência LGBTfóbica**, incluindo protocolos formativos para a Guarda Municipal
9. **Desenvolver junto à Guarda Municipal procedimentos de segurança para áreas públicas** como praias, parques e atrações naturais, combatendo atos de importunação sexual e de violência contra as pessoas, além de garantir a implantação de procedimentos de segurança específicos para as escolas municipais;
10. **Reordenar a iluminação pública**, evitando logradouros escuros e que exponham a população a riscos de violência, principalmente as mulheres;

Pautas intersetoriais

Nosso projeto de cidade é construído a partir de um olhar multisetorial. Entendemos que Florianópolis é uma cidade diversa e plural, que une várias realidades, histórias, sonhos e desafios. Igualmente, os problemas de nossa capital são múltiplos e muitas vezes transversais,

não podendo ser enfrentados de forma simples.

Isso se expressa de forma especial para setores que demandam políticas públicas específicas nas mais diversas áreas, assim como programas centrados em suas reivindicações e desafios. Por isso, reforçamos a importância de olhar atento e responsável acerca das demandas de setores como a infância e a juventude, a população LGBTIA+, a população negra e indígena, as pessoas com deficiência, as pessoas neurodiversas, os idosos, a população imigrante e a população em situação de rua. São necessárias diretrizes de valorização da diversidade e combate a qualquer forma de opressão e violência, como, também, políticas públicas que busquem garantir o acesso a direitos e a inclusão plena em nossa cidade.

Neste sentido, destacamos a questão da população em situação de rua. Nos últimos anos, Florianópolis viu um aumento significativo de pessoas que, por distintas razões, encontram-se em situação de rua. Frente a este desafio, as últimas gestões têm atuado de forma negligente e equivocada: espaços de acolhimento insuficientes e mal estruturados, priorização da atuação por meio apenas do olhar da segurança pública, falta de políticas efetivamente integradas e, mais recentemente, a implementação de um programa de internação involuntária que desrespeita as diretrizes nacionais previstas em lei federal.

Defendemos uma abordagem intersetorial, compreendendo que o aumento da população em situação de rua em nosso município é consequência da ausência de políticas e programas capazes de enfrentar distintas situações, como: o direito à moradia digna, o acesso a equipamentos públicos de saúde e assistência social, o direito a um emprego e políticas de acolhimento para pessoas vítimas de violência. Por isso, defendemos um modelo de atuação que esteja vinculado às políticas desenvolvidas a nível federal, que se pauta pela garantia de direitos e que trate a superação deste problema como prioridade.

Propostas

1. **Implementar efetivamente as políticas públicas previstas no Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos das Pessoas LGBTIA+,** garantindo o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos LGBTIA+ e a ocorrência da IV Conferência Municipal de Direitos LGBTIA+;
2. **Implementar a Política Municipal para a Primeira Infância** a partir de uma construção participativa, observando as distintas demandas e as diversas realidades;
3. **Criação de estruturas públicas que possibilitem a realização conjunta da economia de cuidado**, como restaurantes e lavanderias coletivas, compartilhando a responsabilidade por esses trabalhos e mostrando que não são responsabilidade apenas das mulheres;
4. **Garantir ações afirmativas de gênero e raça**, com garantia de ações afirmativas nos concursos municipais, além de equidade de gênero e raça na definição do novo Secretariado e dos demais cargos públicos da Administração Municipal;
5. **Garantir a implementação de ações de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência e idosos**, respeitando diretrizes nacionais e observando demandas específicas de cada setor;
6. **Implementar políticas públicas voltadas para a juventude e construídas de forma participativa.** Centralmente, serão construídos programas de formação e capacitação de jovens para inserção e reposicionamento no mercado de trabalho;
7. **Criar um programa intersetorial de combate à violência contra a juventude negra** de Florianópolis;
8. **Garantir a regulamentação e implementação da Política Municipal para a População Migrante,** pautando a criação de Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI) em Florianópolis;
9. **Criar o 5º Conselho Tutelar de Florianópolis**;
10. **Implementar políticas específicas de geração de emprego e renda para a população em situação de rua;**
11. **Garantir a realização de políticas públicas a partir da Rede de Atendimento Psicossocial (RAPS) em todo o município**, incluindo o atendimento a pessoas em situação de rua;
12. **Garantir a construção da Casa de Passagem indígena** em Florianópolis;

Eixo 2

Cuidar da natureza

Emergências Climáticas e Cidades mais Resilientes

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais da atualidade, exigindo ações coordenadas e eficazes em diversas frentes. A complexidade das emergências climáticas imprimem a necessidade de tornar a vida nas cidades possíveis e para isso **governar significa promover cidades resilientes**.

As mudanças climáticas são a realidade no nosso cotidiano, o que passa a ocorrer com maior frequência e intensidade são os eventos extremos, tornando-se cada vez mais comuns.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) oficializou que 2023 foi o ano mais quente já registrado. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o ano de 2024 pode ser ainda mais quente, acompanhado por enormes impactos socioeconômicos. Os efeitos das mudanças climáticas podem afetar a saúde, a capacidade de cultivar alimentos, habitação, segurança e trabalho, incluindo eventos extremos como secas intensas, escassez de água, incêndios severos, inundações, tempestades catastróficas, declínio da biodiversidade, perda da qualidade dos solos e declínio da produtividade agrícola, aumento do nível do mar.

A temperatura global aumentou significativamente, resultando em impactos adversos nos ecossistemas, na segurança alimentar e na saúde humana. As emissões de gases de efeito estufa (GEE) continuam a crescer, principalmente devido a práticas insustentáveis de uso da terra e consumo de energia.

O agravamento da crise climática está intimamente relacionado com a gestão dos recursos hídricos, do sistema de drenagem e dos resíduos sólidos inadequados, sendo causas de emergências sanitárias, inundações e deslizamentos.

A redução das Áreas de Preservação Permanentes - APPs e mesmo de Reserva Legal, também contribuem para o agravamento de tragédias e para a vulnerabilização de populações e atividades econômicas.

A construção de infraestruturas sem a observância de características naturais do território, principalmente territórios costeiros, realizam um agravamento ainda maior nos eventos climáticos. Extração insustentável de recursos, ocupação inadequada de morros e de áreas úmidas expõe a população aos desastres relacionados ao clima.

Outro fator de grande impacto na qualidade de vida da população urbana assolada pela imprevisão dos efeitos climáticos está relacionado aos serviços de emergência descoordenados que, além de afetarem a capacidade de rápida resposta e preparação, também não conseguem estruturar medidas preventivas.

De acordo com o Atlas de Desastres Naturais, de 1991 a 2012, Santa Catarina está entre os Estados mais afetados pelos desastres naturais, com destaque para os desastres hidrológicos.

Florianópolis está entre os 100 municípios catarinenses com áreas suscetíveis a movimentos gravitacionais de massa e inundações. Apesar da existência do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Florianópolis, o município não realiza uma fiscalização das áreas de risco, não há locais cadastrados como abrigo, nem a existência de cadastro de famílias em áreas de risco, e também não há canal de comunicação com as famílias em áreas de risco.

O município de Florianópolis, através do GeoPortal, já tem mapeado todo o território do município e suas características, tanto naturais como sociais, como por exemplo áreas de risco apontadas pela Defesa Civil, bem como áreas inundáveis. Diante disso, as políticas públicas devem observar as modelagens de projeções dos efeitos das mudanças climáticas a fim de subsidiar suas decisões de urbanismo.

Ações imediatas são essenciais para a conservação do mínimo de qualidade de vida, principalmente nas áreas urbanas, bem como a garantia para um futuro habitável para as próximas gerações.

O desenho urbano deverá estar permeado por medidas de redução de riscos de desastres tornando as cidades mais resilientes.

São diversas as possibilidades de atuação frente aos efeitos das mudanças climáticas. Temos instrumentos de **mitigação**, que são intervenções humanas para reduzir as fontes ou aumentar os sumidouros dos gases de efeito estufa. E também instrumentos de **adaptação** que são aqueles processos de ajuste de sistemas naturais e humanos ao comportamento do clima.

Uma cidade resiliente a desastres é um local onde os desastres são minimizados, para isso, é necessário que exista, nos equipamentos públicos e comunidades, serviços e infraestrutura organizados, onde se observam e respeitam a padrões de segurança e códigos de construção.

Apesar das consequências do aquecimento global serem sentidas por todas e todos, será sentida de modo desigual a partir das estruturas geopolíticas definidas, onde populações vulnerabilizadas estão mais expostas aos impactos, tanto sociais como ambientais dos eventos severos climáticos. Por isso, faz-se necessário olhar para uma **justiça climática**, onde as políticas públicas priorizem os setores vulnerabilizados, e garantam espaços para essas pessoas nos processos decisórios.

Diagnosticou-se, com relação aos deslizamentos, que os principais problemas identificados coincidem com os locais onde estão alguns assentamentos informais, ligados a áreas de morro e em inclinações mais acentuadas. Está clara esta ligação, já que, normalmente, são áreas com restrições à construção formal, mas que se veem propícias a segmentos sociais de mais baixa renda que possuem menores possibilidades de aquisição de lotes regularizados. Tais zonas são mais suscetíveis a deslizamentos por sua condição topográfica e física, mas, também, pela falta de infraestrutura urbana adequada, como falta de canalização de águas, que é um elemento desencadeante do deslizamento, principalmente em momentos de chuvas intensas.

Atualmente em Florianópolis existem mais de 120 mil pessoas residindo em áreas com suscetibilidade média e alta. A redução do risco passa por um planejamento urbano adequado e continuado, com o mapeamento das malhas de drenagem pluviais, gestão dos esgotos, evitando os lançamentos dos mesmos aos taludes e vertentes, definição de distâncias mínimas nas bordas e pé de taludes, exigências de execução de muros de suporte ou atuações sobre taludes e a revegetação de taludes expostos à processos erosivos nas zonas de suscetibilidades médias e altas reduziram de maneira notável a probabilidade de ocorrência destes processos. Além disso, a fiscalização e controle do tipo e forma de construção civil em áreas com maior vulnerabilidade são ferramentas essenciais que diminuiriam o risco à população e a necessidade de reassentamento de famílias, sabendo que este processo tem um alto custo econômico e um incalculável custo social.

Um desafio que se propõe são as articulações entre os diversos atores, tendo em vista a intrínseca característica dos eventos climáticos extremos de serem ações coletivas em escala global. Para tanto, mais do que nunca é essencial mecanismos de cooperação para transferência de conhecimentos e tecnologias ambientalmente corretas.

Outra estrutura fundamental é a da Defesa Civil como órgão atuante preventivo e não apenas órgão de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres. Para isso, é necessário a organização da Defesa Civil como uma Secretaria de Defesa Civil e Mudanças Climáticas.

Tanto se tem falado na transformação das cidades em **cidades esponjas**. As cidades esponjas são uma solução urbanística para que a natureza, os impactos climáticos e as estruturas urbanas convivam de uma maneira mais inteligente. São cidades que pensam em alternativas usando **soluções baseadas na natureza**, soluções que ajudem a absorver as águas de chuva, recarregar os aquíferos e lençóis freáticos locais e deixar o excedente de chuva escorrer para áreas possíveis de serem alagáveis.

Hoje mais de 150 mil pessoas são afetadas pela ameaça de inundação em Florianópolis, situação que sem as devidas medidas de mitigação pode ser agravada no futuro. Da análise de inundações fluviais fica evidente que, em geral, os canais se encontram deteriorados e danificados, supondo risco para a população e para o ecossistema da área. Além da reestruturação dos canais é ainda necessário considerar as áreas inundáveis das vazões não urbanas na hora de propor a ocupação futura de suas margens de uma forma racional. Sabendo que rio é um ecossistema natural complexo dotado de diversos cenários sobre os quais se atuam conceitos de meio ambiente, meio urbano, paisagem, etc. o uso das margens e as medidas de ação para sua restauração devem incorporar os cuidados para garantir a segurança estrutural, a capacidade de deságue e o custo econômico, considerando sempre o entorno geomorfológico, os ecossistemas materiais, o meio urbano, a paisagem e a acessibilidade.

Pensar em **cidades resilientes** necessariamente passa por um pensar complexo e,

buscar soluções para questões complexas é essencial a **participação cidadã** na construção e implementação de políticas climáticas.

Há uma necessidade urgente de ações coordenadas e integradas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover um desenvolvimento sustentável e resiliente. A implementação dessas medidas exige um compromisso contínuo e colaborativo entre governos, instituições científicas, setor privado e sociedade civil.

Nossas propostas garantem a busca por uma **justiça climática** e para isso é necessário falar sobre o **racismo ambiental**, a pobreza energética, a pobreza menstrual, os refugiados climáticos, a insegurança alimentar, a falta de estruturas públicas que garantam a permanência das mulheres mães nos seus postos de trabalho.

O Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores (RAPI) de Florianópolis demonstra que apesar do orçamento dedicado à "Mitigação de Riscos de Desastres Naturais', ter registrado um pequeno aumento, de 0,076% em 2020, 0,100% em 2021 e 0,125% em 2022 , este valor ainda está muito abaixo do nível satisfatório.

Um plano de ação será apenas um plano, a menos que sejam destinados recursos para garantir que as ações possam ser colocadas em prática. Por isso, nossa proposta tem como missão e planejamento estratégico a visão do orçamento público e o gerenciamento de recursos como um instrumento capaz de garantir a redução de riscos de desastres.

É urgente estabelecer um novo modelo de desenvolvimento baseado na relação intrínseca do ser humano com a natureza e com isso adaptar nossos territórios aos efeitos das mudanças climáticas. Temos capacidade e conhecimento, partindo da ciência e não do negacionismo, para administrar uma cidade capaz de lidar com eventos climáticos e vulnerabilidades sociais.

Propostas:

1. **Elaboração do Plano de Adaptação Climática** para o município de Florianópolis, priorizando as áreas protegidas como instrumentos de Solução Baseada na Natureza;
2. **Mitigação e enfrentamento das mudanças climáticas**, baseando-se nas orientações e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
3. **Revisão e adequação às mudanças climáticas do Plano de Contingência (PLANCON)** do município de Florianópolis;
4. **Criação da Secretaria de Defesa Civil e Mudanças Climáticas**, com a estruturação e profissionalização das Defesas Civis, com quadro de servidores concursados, com qualificação técnica e com capacitações periódicas;
5. **Fortalecimento de Sistemas de Alerta Precoce**, com a implantação e melhoria de sistemas de alerta para prevenir e mitigar impactos de desastres climáticos;
6. **Previsão, gestão e aplicação orçamentária** para a implementação das políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos, planejamento urbano e meio ambiente, com a criação de Fundos específicos, como do Meio Ambiente e da Defesa Civil;
7. **Desenvolvimento de um Plano Municipal de uso e ocupação do solo** baseado em avaliações de risco;
8. **Infraestrutura resiliente, principalmente com a implantação de jardins e corredores verdes,** a fim de desenvolver e manter infraestruturas que resistam a eventos climáticos extremos;
9. **Educação e conscientização,** com a promoção de campanhas educativas para aumentar a resiliência comunitária;
10. **Políticas integradas:** coordenar políticas públicas de gestão de risco com estratégias de desenvolvimento sustentável;
11. **Realização de diagnóstico** que avalie as áreas de risco e a compatibilidade da utilização das soluções baseadas na natureza;
12. **Análise e implantação de escadas drenantes**, como soluções para sistemas de drenagem de águas pluviais em áreas íngremes e de ocupação espontânea;
13. **Ampliação dos investimentos em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias**, inclusive com financiamentos internacionais voltadas à preservação ambiental;
14. **Plano de medidas integradas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas**, com prioridade para contextos de vulnerabilidade com recortes de gênero, raça e renda;
15. **Proteção dos vulneráveis**, mulheres, principalmente negras inseridas nas periferias, que desempenham o papel de cuidados daqueles que também são os mais vulneráveis - crianças e idosos. Por serem vulneráveis nessa profunda mudança que está ocorrendo no Planeta, as crianças devem ser olhadas como seres em formação para serem capazes de lidar com as adaptações necessárias à mudança climática;
16. **Criação de um plano de monitoramento e avaliação dos impactos do racismo ambiental**, a fim de subsidiar a criação de políticas públicas específicas para as populações impactadas;
17. **Desenvolvimento de políticas afirmativas e antirracistas** que promovam o acesso pelo povo negro, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultoras/es familiares às políticas públicas já existentes e as que forem criadas;
18. **Criação da Unidade de Conservação da Planície Alagável do Pântano do Sul**, como medida de preservação do manancial de água, de contribuição para a redução de Carbono na atmosfera e de proteção do abastecimento das comunidades do

entorno, como a fim de evitar a ocorrência de enchentes;

19. **Desenvolver planos para a restauração de ecossistemas costeiros-marinhos**, tais como, manguezais, recifes de corais e restingas e propor soluções baseadas na natureza costeira que favorecem a proteção das comunidades e da infraestrutura contra eventos climáticos extremos e aumento do nível do mar;

Agroecologia e agricultura Urbana

A agroecologia é o caminho mais efetivo não só para a produção de alimentos e territórios saudáveis e sustentáveis, como também para garantir justiça social e climática e construir tecnologias sociais capazes de enfrentar a nova realidade impressa pelas mudanças climáticas.

Ela é a luta pelo direito à terra, à água, às sementes e demais meios de trabalho; é a luta contra a criminalização dos movimentos sociais populares, contra o racismo, o machismo e as desigualdades sociais; é a luta pelo direito à saúde e à alimentação de qualidade e quantidade suficiente para todas as pessoas. É a base para um novo projeto societário que necessita se reconciliar com uma racionalidade ecológica.

Até o início do século XX, o município de Florianópolis ainda mantinha fortes vínculos com o rural, sua economia girava em torno da agricultura, do comércio e dos serviços criados em função de sua posição como capital do Estado.

Na década de 1950, Florianópolis era uma importante região produtora de café, banana, feijão, mandioca, milho e arroz, de modo que a agricultura empregava grande parte da população. Foi com a intensificação do processo de urbanização que as atividades agrícolas foram sendo substituídas por empreendimentos, comércios, como também o turismo como atividade econômica nas áreas litorâneas.

Apesar disso, as agriculturas urbanas resistem em Florianópolis, nos quintais produtivos, nos agrupamentos comunitários, em espaços públicos como praças e parques, em espaços institucionais, como escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Saúde.

Em Florianópolis, a sociedade civil organizada possui forte atuação na defesa e fomento da agricultura urbana agroecológica e é pioneira na formulação e aplicação de políticas públicas ambientalmente adequadas para gestão de resíduos sólidos, envolvendo a coleta seletiva e o aproveitamento dos resíduos orgânicos via compostagem.

O Poder Executivo municipal pode promover mudanças na estrutura social para uma sociedade mais **justa, igualitária, ecológica e solidária**. Desde uma perspectiva agroecológica, entendemos que as políticas públicas devem ser orientadas a partir da participação social e de forma a enfrentar as desigualdades estruturais de raça, classe, gênero, diversidade e geracional.

O Estado pode atuar na promoção ao acesso à alimentação saudável e adequada à população, e em especial à parcela com maior vulnerabilidade econômica; no fomento de circuitos curtos de comercialização; no apoio a empreendimentos cooperativos da agricultura familiar; na realização de compras públicas da produção alimentar local; na potencialização de espaços de participação popular; no fortalecimento das práticas integrativas em saúde, com ênfase no uso das plantas medicinais; na contribuição para a redução e a eliminação do uso de agrotóxicos nos espaços urbanos e em sistemas de produção; e no investimento em ações para reciclagem e compostagem de resíduos sólidos.

O Poder Público municipal pode fomentar circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos, além de ceder o espaço, ser parceiro na logística da feira, onde a prefeitura gerencia o espaço e transporta os produtos e as e os produtores até o local do evento.

As práticas da agricultura urbana são ferramentas de construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis, que garantem o acesso ao direito à cidade não apenas para ocupar os espaços físicos, mas, também, para fazer cumprir a função social da terra, na produção de alimentos, na garantia da segurança alimentar e nutricional e na promoção da saúde.

Para isso, é fundamental que esse projeto de cidade possa harmonizar a manutenção e permanência de modos de vida que incluam a produção de alimentos, mas não somente. Sob o olhar da distribuição desigual dos problemas ambientais para as populações empobrecidas e historicamente marginalizadas, a agricultura urbana se insere nas regiões com maior deficiência de infraestruturas e serviços como a possibilidade de ressignificação dos espaços e sua valorização. Além disso, imersos em territórios sujeitos às injustiças ambientais, a agricultura urbana oferece condições adequadas à subsistência com a garantia do acesso à alimentação saudável.

Nesse panorama, é essencial reconhecer o papel de protagonismo das mulheres negras e periféricas nas experiências de agricultura urbana.

Iniciativa de grande impacto e recorrente em âmbito municipal é a realização das compras públicas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Iniciativas em torno da reciclagem e compostagem de resíduos sólidos também são muito importantes.

Pelo CadÚnico, é possível afirmar que 10% da população de Florianópolis são famílias de baixa renda. Destas famílias, o Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores (RAPI) de Florianópolis aponta que 10% não possuem moradia adequada.

O sucesso de ações voltadas para a agroecologia necessita de democracia e participação social e popular na criação, implantação e no controle das políticas públicas.

Se queremos de fato enfrentar a crise climática e promover uma sociedade mais justa e igualitária é urgente que multipliquemos e ampliemos as iniciativas agroecológicas. E temos

muitas experiências para compartilhar, pois o nosso Mandato Agroecológico foi construído a partir das diversas dimensões da agroecologia (ambiental, social, cultural, econômica) e é pautado na visão sistêmica que tais dimensões abrangem. Foi a partir dessa visão de justiça social e ecológica que as ações parlamentares do Mandato Agroecológico foram construídas e, desde 2017, a elaboração de políticas públicas e demais ações parlamentares foram engendradas e executadas de forma participativa e popular, resultando em diversos projetos de lei protocolados. Alguns foram aprovados e viraram leis em Florianópolis.

Essas legislações trouxeram impactos positivos para a sociedade em diversos temas, como: agroecologia, segurança e soberania alimentar e nutricional, compostagem, direitos ecológicos, pesca artesanal, agricultura urbana, meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, construímos a Lei n. 10.392/2017, que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis; a Lei n. 10.501/2019, conhecida como Lei da Compostagem; a Lei da Zona Livre de Agrotóxicos, Lei 10.628/2019; e o Decreto n. 21.723/2020, que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana - Programa Cultiva Floripa.

Estas políticas servem como referencial para uma gestão municipal que compreenda a agroecologia enquanto caminho para o desenvolvimento social de forma associada à preservação ambiental. Desta forma, nosso projeto de cidade busca avançar, de forma intersetorial, na implementação de políticas que fortaleçam a agroecologia em nosso município.

Propostas:

1. **Ampliar a segurança alimentar e nutricional** das populações urbanas vulneráveis;
2. **Propiciar a ocupação de espaços urbanos e periurbanos** livres, ociosos e subutilizados;
3. **Promover a agrofloresta** como instrumento de manejo da paisagem e restauração sistêmica;
4. **Articular a produção de alimentos nas cidades** com programas de abastecimento e compras públicas, com a priorização do acesso a essa rede de oferta de alimentos saudáveis para as pessoas em situação de insegurança alimentar;
5. **Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais e nas compras públicas**, além de promover a ampliação do consumo de tais produtos;
6. **Fortalecer o comércio de circuito curto**, cooperativas, associações e coletivos agroecológicos, inclusive com redução ou isenção de impostos, bem como com planejamento territorial para contemplar o comércio local e sazonal, estabelecendo redes de comércio justo de economia circular;
7. **Fortalecer associações, cooperativas e grupos informais**, melhorando os pontos de comercialização direta, bem como apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo;
8. **Adotar ações que beneficiem os sujeitos da agroecologia**, como assistência técnica para a agricultura familiar;
9. **Priorizar produtos da sociobiodiversidade e de base agroecológica em compras emergenciais**, com dispensa de licitação;
10. **Estimular e fomentar a produção de bioinsumos para a agricultura familiar e camponesa**, de forma autônoma e segundo os princípios agroecológicos, garantindo e valorizando a produção própria e a realizada pelos sujeitos da agroecologia;
11. **Regulamentar a Lei da Zona Livre de Agrotóxicos** de Florianópolis e atuar na fiscalização efetiva do uso de agrotóxicos;
12. **Retomada urgente do Programa Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos** (PRONARA);
13. **Incentivo da produção agroecológica** com ênfase na assimetria dos custos de produção onde a produção orgânica e/ou agroecológica são arcados por pelos próprios produtores, enquanto na produção que faz uso de agrotóxicos, os seus sujeitos não são devidamente responsabilizados pela contaminação;
14. **Programa de monitoramento da contaminação na produção agroecológica** e orgânica pelo uso de agrotóxicos, garantindo a realização de testes periódicos;
15. **Implementação dos quintais produtivos e das cozinhas comunitárias**, como perspectivas de garantia à segurança alimentar e nutricional;
16. Criação de espaços para produção, abastecimento, armazenamento, distribuição de insumos para as atividades de Agricultura Urbana;
17. **Promoção da educação alimentar** em conjunto com o plano de produção agroecológica;
18. **Integração** da agroecologia com as políticas ambientais existentes;
19. **Reconhecimento das agricultoras/es familiares, camponesas/es, povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais como agentes fundamentais para a proteção, conservação e melhoria da sociobiodiversidade;**
20. **Banco de sementes comunitário,** com a criação de espaço Agroecológico Municipal para armazenamento e compartilhamento de sementes agroecológicas e, por meio da educação ambiental, constituir um ambiente pedagógico e integrador;
21. **Abelhas sem ferrão**: implementação de casa para abelhas sem ferrão nas escolas

municipais;

22. **Apoio à organização produtiva das mulheres que potencialize o trabalho realizado**, com assistência técnica continuada, melhoria de infraestrutura e suporte para a comercialização da produção;

23. **Conhecimento**: ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio.

24. **Educação nas escolas** com a inserção de projetos relacionados à agroecologia, à segurança alimentar e nutricional e à educação ambiental nas ações pedagógicas;

Saneamento ecológico e drenagem urbana

Como temática central para a atuação da Administração Municipal, o Saneamento Ecológico é de extrema importância. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Florianópolis possui cerca de 65% de coleta e tratamento de esgoto, de forma centralizada. Atualmente Florianópolis conta com 07 (sete) Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) vinculadas a sistemas públicos semi-centralizados operados pela CASAN, sendo elas: Canasvieiras, ParqTec, Insular, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Saco Grande e Potecas.

Dessas 07 (sete) Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), 03 (três) possuem emissários como modelo de disposição final. O município de Florianópolis opera com a ETE Canasvieiras com Vazão média 285,00 L/s (185 L/s + 100 L/s) e disposição final no Rio Papaquara. A ETE Barra da Lagoa opera com vazão média 63,00 L/s e tem como disposição final o campo de aspersão, estrada canal lacustre Rio Vermelho. A ETE Lagoa da Conceição tem vazão média 50,00 L/s e disposição final na Lagoa de Evapoinfiltração com bombeamento emergencial para as dunas desde o mês de junho de 2021. A ETE Insular tem vazão média 278,00 L/s e possui um plano de ampliação para 600L/s com a disposição final o emissário terrestre na baía sul. A ETE Saco Grande opera com vazão média de tratamento de 10,20 L/s e com disposição final o emissário na Baía Norte. A ETE ParqTec tem vazão média 2,06 L/s e disposição final corpo receptor. E a ETE Potecas possui vazão média de tratamento 208,00 L/s e disposição final as lagoas de estabilização e Rio Maruim.

Além desses sistemas públicos semi-centralizados, existe ainda o semi-centralizado privado, a ETE operada pelo SAE em Jurerê Internacional e os sistemas descentralizados de diversos condomínios e loteamentos.

É essencial construir uma cidade preocupada com a qualidade das águas para o turismo, pesca e maricultura, bem como com o desperdício de nutrientes e energia. Por isso, entendemos que é urgente construir uma **nova concepção de saneamento**, especialmente para o esgotamento sanitário. Construir uma nova concepção de saneamento, baseada nos conceitos de **cidades resilientes** e **cidades esponjas**, assim como no plano de mitigação

para mudanças climáticas e no plano de gerenciamento e prevenção de riscos.

Para isso, é preciso normatizar, incentivar e implantar tecnologias a partir de soluções baseadas na natureza, como o reuso e reciclo de efluentes tratados em área verdes e de lazer; sistemas ecológicos descentralizados para coleta e tratamento de esgoto; incentivo para implantação de cisternas e similares para captação de água da chuva; usar "Pensar Global, Agir Local para soluções integradas e sistêmicas para uma real universalização do saneamento básico; implantar novas tecnologias para tratamento e disposição final de efluentes, como os jardins filtrantes e os wetlands.

Com relação à drenagem urbana, em Florianópolis predominam os sistemas de manejo de águas de chuva baseados em galerias pluviais e canais, onde se coleta as águas diretamente nas sarjetas e as transporta rapidamente ao corpo hídrico superficial mais próximo, seja diretamente no mar ou em rios e córregos.

Nas áreas com elevada densidade de ocupação, como as regiões Continental e Central da cidade, muitas vezes estes sistemas são as únicas alternativas viáveis, porém não respondem adequadamente a eventos críticos com chuvas mais intensas, já que possuem capacidade limitada e recebem pouca manutenção. Esse cenário se agrava ainda mais com a reconfiguração das ocupações, novas edificações e maior impermeabilização dos solos.

Em localidades de menor densidade de ocupação, Ingleses, Campeche e Canasvieiras, os sistemas de galerias têm sido praticamente a única alternativa escolhida para abordar a questão das águas de chuva, porém essas localidades apresentam um relevo extremamente plano e próximo ao nível do mar, portanto qualquer solução de coleta e transporte de águas pluviais encontra-se sujeita à influência da maré no corpo receptor.

O Diagnóstico Participativo da Drenagem Urbana de Florianópolis, concluído em 2019 e realizado por professores da UFSC e técnicos da Prefeitura Municipal, apontam que a cidade adota soluções tradicionais, de que há uma inadequação dos sistemas, e que a grande parte dos problemas, diante da pouca manutenção e limpeza, pode ser solucionada a partir de uma atenção permanente.

Mudar a percepção sobre as águas de abastecimento, sobre os esgotos e sobre as águas de chuva é fundamental para a sobrevivência humana e para a conservação dos ecossistemas, ainda mais com as incertezas das mudanças climáticas.

É essencial ampliar o olhar acerca do potencial das águas das chuvas para utilização no meio urbano. Aumenta-se a disponibilidade de água por intermédio de captação direta e o que antes era considerado como passivo ambiental, podem se transformar em recursos para abastecimento e outros usos no meio urbano, mediante captação, armazenamento e tratamento simplificado e descentralizado na malha urbana. São novas abordagens capazes de minimizar o aumento do escoamento das águas das chuvas, mantendo-o mais próximo da situação natural e criando oportunidades de lazer.

Construímos diversas iniciativas como Vereador do município de Florianópolis e

também como Deputado Estadual. Realizamos uma Formação sobre Saneamento Ecológico no ano de 2021, com mais de 300 pessoas inscritas; uma Oficina de implantação do banheiro seco, captação de água da chuva, tratamento de água cinza com zona de raízes e construção do telhado do refeitório da escola Guarani na Aldeia Yakã Porã, no Território Indígena Morro dos Cavalos no ano de 2021; contribuímos com propostas de saneamento descentralizado e ecológico na consulta pública do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Florianópolis, em 2021; acompanhamos o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, ETE CASAN na Lagoa da Conceição, em janeiro de 2021; participamos da construção do relatório da Bacia Hidrográfica Lagoa da Conceição.

Por isso, temos **conhecimento e vontade** para construir um sistema de saneamento básico adequado para o cenário de emergência climática. De acordo com a modelagem do Climate Central para o aumento do nível do mar em apenas 1 (um) metro, tem-se um panorama de grande preocupação para toda Florianópolis, principalmente no Norte da Ilha e Lagoa da Conceição. Atualmente, não se pode planejar o serviço de disposição final de efluentes e drenagem de Florianópolis sem considerar o nível de subida do mar e os eventos de enchentes.

O Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores (RAPI) de Florianópolis apontou um aumento constante na porcentagem anual de moradias afetadas por inundações intensas, tanto de transbordamentos de sistemas de drenagem e esgoto ou inundações causadas por rios e marés. Esse aumento é preocupante, passando de 7% em 2020, para 9% em 2021 e finalmente atingindo 11% em 2022.

De posse de todo o conhecimento acumulado nesses anos de vida política, temos **capacidade** para realizar uma gestão adequada e **cuidadosa** para nossa cidade.

Propostas:

1. **Criação de um Programa de descentralização do esgotamento sanitário;**
2. **Garantir o serviço de saneamento público** nas regiões que não são atendidas pela CASAN, com modelos locais descentralizados implementados pelo município;
3. **Criação de uma central de gestão inovadora de informações e transparência** do serviço de saneamento básico;
4. **Revisão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico** (PMISB 2021), especialmente sob a ótica das microbacias;
5. **Revisão da Lei n. 11.048/2023**, que trata da Política Municipal de Esgotamento Sanitário e Drenagem Sustentável;
6. **Revisão das legislações existentes** a fim de ampliar o escopo de modelos de projetos hidrossanitários com o objetivo de incluir modelos de saneamento ecológico, monitoramento, fiscalização e instruções normativas específicas;
7. **Atualizar o cadastro de obras de engenharia municipais** relacionadas à drenagem e ao manejo das águas de chuva, e estabelecer um cronograma para recuperação, manutenção e limpeza destas obras;
8. **Revisão das legislações de uso e ocupação do solo**, especialmente o Plano Diretor que incentiva a impermeabilização do solo e adensamento exponencial, sem considerar as condicionantes ambientais e modelagens de áreas alagáveis/inundáveis;
9. **Realizar um diagnósticos das edificações pertencentes ao Poder Público Municipal** com o objetivo de dotá-las de tecnologias para captação e uso de águas de chuvas e reuso de esgotos;
10. **Realizar um diagnóstico dos espaços públicos** visando seu aproveitamento para implantação de tecnologias sustentáveis de manejo das águas de chuva;
11. **Criação de Projeto de áreas públicas permeáveis, jardins filtrantes, corredores ecológicos e parque lineares**;
12. **Criação do Programa de proteção das encostas e também de áreas de esponja**, especialmente as dunas e as restingas, que são fundamentais para a absorção das águas;
13. **Implantar novas tecnologias** para tratamento e disposição final de efluentes, como os jardins filtrantes, os wetlands;
14. **Normatizar, incentivar e implantar tecnologias a partir de soluções baseadas na natureza**, como o reuso e reciclo de efluentes tratados em área verdes e de lazer;
15. **Sistemas ecológicos descentralizados para coleta e tratamento de esgoto**, com incentivo para implantação de cisternas e similares para captação de água da chuva;
16. **Criação do Programa de Transparência das informações**, com monitoramento da prestação de serviços, dos contratos e fiscalização e governança dos 4 eixos do saneamento básico;
17. **Viabilizar o cadastro georreferenciado da infraestrutura dos sistemas de esgotamento sanitário**;
18. **Fortalecer os mecanismos de fiscalização do lançamento clandestino de esgotos**;
19. **Estabelecer um quadro situacional dos cursos d'água** quanto ao estado de preservação e degradação, bem como estabelecer parcerias para revitalização de cursos d'água;
20. **Criar um sistema participativo para coleta de dados relacionado a cursos d'água**, sua qualidade e quantidade, inundações e alagamentos, objetivando à prevenção e alerta, como também para constituição de um banco de dados e

informações para subsidiar a fiscalização, ações corretivas e novos projetos;

21. **Desenvolver um sistema de fluxo de informações horizontal e transversal para subsidiar os processos de planejamento e gerenciamento** relacionados a novos empreendimentos, loteamentos, parcelamentos do solo e abertura de vias públicas;
22. **Realizar programas de capacitação permanente de agentes públicos**, envolvendo setores técnicos e decisórios;
23. **Prestar assistência técnica para soluções de esgotamento sanitário individuais e coletivas de pequeno porte, sustentáveis ambientalmente**;

Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

A gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) tem se tornado um dos principais desafios para a gestão municipal. Com o aumento da população, o baixo valor pago no mercado pelos resíduos recicláveis, a alta demanda por tecnologia e investimentos, conciliar os interesses sociais, ambientais e econômicos do setor é uma tarefa que demanda muito diálogo, conhecimento técnico e investimento em políticas públicas.

Em 2023, segundo site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a taxa de desvio de aterro sanitário dos resíduos sólidos urbanos (RUS) de Florianópolis foi cerca de 10%, o que ainda é um número distante do ideal, visto que pelo menos 30% do que foi e vai para aterro sanitário são resíduos orgânicos que podem ser transformados em adubo por meio da compostagem.

Segundo levantamento do Fórum Floripa 2030, as cooperativas e associações de reciclagem possuem diversas dificuldades de infraestrutura e qualidade no material recebido por parte da coleta seletiva, o que dificulta o aumento da taxa da reciclagem no município. Além disso, essa falta de equipamentos e incentivos públicos também dificulta o avanço dessa atividade como um empreendimento econômico viável.

Para isso, necessitamos romper a cultura do descarte e construir a cultura do encaminhamento correto dos resíduos.

É preciso caminharmos para um grande acordo social de que todas as pessoas, instituições, empresas e comunidades possuem a responsabilidade compartilhada da construção de uma **cidade inteligente** quando o tema é gestão de resíduos.

Esse caminho passa pelo fortalecimento da **COMCAP**, garantindo a manutenção da qualidade dos seus serviços através de servidores públicos bem remunerados, capacitados e valorizados.

Além disso, é fundamental a valorização das associações e cooperativas de reciclagem, que fazem de fato o trabalho de agentes ambientais e merecem pagamento por serviço ambiental prestado pelos resíduos desviados de aterro sanitário.

A COMCAP vem sendo atacada pelas gestões conservadoras que se sucedem, particularmente pela última, dentro de um processo de desmonte sistemático dos serviços públicos e desvalorização dos trabalhadores, visando a privatização.

O espectro de serviços prestados pela COMCAP vem sendo restringido, afetando a qualidade de vida no município de Florianópolis. Há uma progressiva retirada dos serviços em bairros periféricos, assim como a redução das coletas noturnas.

O serviço de coleta na cidade de Florianópolis e sua constante pressão por terceirização desse serviço está associada a suspeitas de corrupção. A primeira fase da Operação Presságio e a capilarização da Operação Mensageiro já prendeu mais de 22 prefeitos em Santa Catarina por casos de corrupção envolvendo a coleta de resíduos.

Além da corrupção, a terceirização afeta também a cadeia de geração de emprego e renda, especialmente em torno das cooperativas e dos catadores de reciclados. Grande parte da coleta seletiva do município é realizada com o uso de caminhões compactadores, o que inviabiliza uma adequada gestão dos resíduos sólidos recicláveis. Outro fator prejudicial para concretizar essa cadeia produtiva como economicamente viável é que o lixo reciclado é entregue gratuitamente para empresas privadas que o comercializam.

A situação dos trabalhadores da COMCAP aponta para uma constante ameaça e redução de direitos, visto que não são realizados concursos para servidores efetivos, aumentou-se o prazo da contratação temporária, há desvios de funções, não há melhorias nas infraestruturas, tudo isso tem levado os trabalhadores ao adoecimento.

O *know how* do serviço da COMCAP é um patrimônio.

Nessa caminhada, já realizamos diversas ações para contribuir na melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos (RUS). Como vereador do município de Florianópolis propusemos a criação da Lei Municipal da Compostagem e fortalecemos o setor.

Na condição de Deputado Estadual de Santa Catarina, construímos: o Projeto de Lei Estadual da Compostagem; o Projeto de Lei Estadual da Proibição do uso de caminhões compactadores na coleta seletiva; o Projeto de Lei Estadual da Economia Circular do Plástico; a Coordenação da Frente Parlamentar da Reciclagem na ALESC; a Presidência da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da ALESC; a Participação do Fórum Permanente Floripa 2030.

Propostas:

1. **Reestruturação da COMCAP, consolidando uma estrutura descentralizada**, garantindo a oferta de concurso público para recompor a estrutura humana, como também a retomada do acordo coletivo primando pela saúde dos trabalhadores.
2. **Retomar de forma progressiva do caráter 100% público da limpeza urbana**;
3. **Garantia do transporte gratuito e adequado aos trabalhadores da COMCAP** que moram fora do município;

4. **Programas de articulação e integração dos trabalhadores da COMCAP com os catadores de materiais recicláveis**;
5. **Retomada da coleta seletiva em toda a cidade**;
6. **Proibição da utilização dos caminhões compactadores no transporte dos resíduos recicláveis**;
7. **Programas de incentivos à compostagem descentralizada,** a fim de reduzir a destinação dos resíduos orgânicos ao aterro sanitário;
8. **Programas de inclusão socioprodutiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis**, garantindo uma gestão com maior foco na circularidade, no aproveitamento dos resíduos como um importante recurso capaz de assegurar a qualidade ambiental e segurança dos corpos hídricos, minimizando a poluição do bioma costeiro e marinho, sendo uma pauta alinhada com a agenda climática;
9. **Criação e implementação do Plano Municipal de Educação Ambiental**: Floripa Menos Lixo;
10. **Continuidade do Projeto Centro Leste Menos Lixo**, que visa a redução de resíduos dos bares, restaurantes e comércio do Centro Leste;
11. **Incentivo fiscal para abertura e redução de impostos para novos negócios e projetos** que atuem com serviços e produtos que desviem resíduos sólidos urbanos (RUS) de aterro sanitário;
12. **Implementar a substituição progressiva do direcionamento de resíduos para o aterro sanitário,** priorizando e fortalecendo as políticas de compostagem no município;
13. **Os centros de compostagem** atuam de modo significativo como medida de mitigação das mudanças climáticas, visto que a distribuição gratuita de composto para a agricultura urbana, o que possibilita minimizar os efeitos do empobrecimento dos solos e ajuda a melhorar a produção.

Gestão costeira

O município de Florianópolis apresenta características únicas e desafios específicos devido à sua geografia – áreas insular e continental, economia e dinâmica populacional.

Florianópolis possui uma legislação ambiental que, apesar de alguns esforços protetivos, tem sofrido ataques, incluindo o Plano Diretor que aprovou mudanças significativas na capacidade de instalação em toda a extensão do território que é diretamente influenciada pelas dinâmicas oceânicas, por se localizar totalmente em zonas costeiras.

O município também conta com legislação de gestão das praias e da zona costeira, porém essas normativas são segmentadas, não dialogam entre si, desconsiderando os princípios da gestão articulada e integrada e participação informada, que são princípios estruturantes para a gestão ambiental e urbanística, em especial da zona costeira que é afetada por diversos ecossistemas que demandam proteção especial.

Em 2009, foi aprovada a Lei Municipal n. 7975/2009, que institui o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, atribuindo à Prefeitura Municipal e aos seus órgãos a competência para "elaboração e execução, promovendo de forma participativa a elaboração e implantação do PMGC, envolvendo ações de diagnóstico, monitoramento e controle ambiental, visando integrar o Poder Público, a sociedade organizada e a iniciativa privada."

O crescimento urbano desordenado e a especulação imobiliária nas áreas costeiras têm levado à degradação ambiental, com ocupação irregular de dunas, manguezais e encostas. A pressão por novas construções em áreas de preservação cria conflitos entre desenvolvimento e conservação ambiental.

A erosão costeira também é um problema significativo em várias praias de Florianópolis, exacerbado por eventos extremos e mudanças climáticas. Há necessidade de políticas mais eficazes de adaptação e mitigação para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, como a elevação do nível do mar e o aumento na frequência de tempestades.

A gestão de resíduos sólidos é um desafio constante, especialmente em épocas de alta temporada turística, quando o volume de lixo nas praias e áreas costeiras aumenta consideravelmente. O que se tem é uma falta de infraestrutura adequada para coleta e destinação de resíduos em algumas áreas costeiras, resultando na poluição marinha e impacto negativo sobre a fauna e flora.

Outro ponto a ser destacado na influência com áreas costeiras é a infraestrutura de saneamento básico, que em Florianópolis é insuficiente, levando à contaminação das águas por esgoto não tratado. Por isso, investimentos em saneamento são essenciais para a proteção dos recursos hídricos e a saúde pública.

Apesar dos problemas, há um grande potencial e interesse participativo das comunidades no que diz respeito à proteção e gestão da zona costeira. Embora exista um desencorajamento por parte da Prefeitura, a participação comunitária representa uma fortaleza, já que a comunidade local e organizações não-governamentais atuam na preservação da zona costeira.

Necessitamos de programas de monitoramento da qualidade da água e da biodiversidade marinha, sendo primordial a integração órgão estadual de meio ambiente e instituições de pesquisa e ensino, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que contribuem com estudos e monitoramentos sobre a saúde das zonas costeiras.

A gestão costeira de Florianópolis, ao enfrentar e resolver os desafios, pode se tornar um modelo de desenvolvimento sustentável e conservação ambiental, garantindo a proteção de seus recursos naturais para as futuras gerações.

Propostas:

1. **Implementar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro;**
2. **Realizar a gestão do território com base no zoneamento ecológico-ecônomico costeiro catarinense**;
3. **Revisão e fortalecimento da legislação,** atualizando e fortalecendo a legislação ambiental e urbanística da cidade para assegurar a proteção efetiva das zonas costeiras;
4. **Implementar e fiscalizar rigorosamente o Plano Diretor e as normas ambientais,** com ênfase na proteção ambiental e na transparência da gestão**;**
5. **Intensificar campanhas de educação ambiental** focadas na importância da preservação das zonas costeiras e no combate à poluição;
6. **Promover a conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas** e a necessidade de práticas sustentáveis;
7. **Melhorar a infraestrutura de saneamento básico em áreas costeiras para prevenir a contaminação das águas;**
8. **Implementar sistemas eficientes de gestão de resíduos sólidos**, especialmente durante a alta temporada turística;
9. **Desenvolver e implementar um plano de adaptação às mudanças climáticas específico para as zonas costeiras de Florianópolis**;
10. **Fortalecer os programas de monitoramento ambiental** para garantir a preservação dos ecossistemas costeiros;
11. **Implementar um Programa de recuperação e reabilitação das áreas degradadas.**

Áreas especialmente protegidas

As áreas protegidas são áreas com elementos naturais de relevância ecológica e ecossistêmica que visam garantir a proteção da biodiversidade, regeneração ecossistêmica, transferência genética da fauna e flora, além da restauração de ambientes naturais degradados.

São instrumentos essenciais de planejamento urbanístico e ambiental que têm relação direta com a segurança hídrica, na recarga de mananciais e na proteção e recuperação de cursos hídricos, como também na segurança alimentar e habitacional. São espaços territoriais que proporcionam, ainda, a pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo, dentre vários outros aspectos socioambientais.

No cenário atual de mudanças climáticas e eventos extremos mais frequentes, tais áreas devem ser priorizadas como elementos essenciais de políticas públicas municipais que contribuam para a regulação do clima e mitigação dos efeitos dos eventos climáticos extremos, mais intensos e frequentes.

Tratam-se, portanto, de espaços especialmente protegidos que devem ser implementados e ampliados pela relevância natural inerente, bem como na condição de instrumentos efetivos e necessários de planejamento urbano que visam ao bem-estar, saúde e segurança da população, seja pela importância desses espaços para a contenção das “ilhas de calor”, inundações, processos erosivos costeiros, melhoria da qualidade do ar, paisagem urbana, dentre vários outros aspectos positivos para os ambientes urbanos.

Florianópolis está inserida no bioma da Mata Atlântica e seus remanescentes têm sofrido com a pressão urbana. Atualmente, existe apenas 12,4% de remanescentes florestais deste bioma acima de 3 hectares do que existia originalmente, segundo levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. No entanto, a Mata Atlântica beneficia a vida de cerca de 72% da população brasileira, prestando serviços ecossistêmicos inestimáveis.

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) é um instrumento de governança participativa para a proteção e o uso sustentável da Mata Atlântica. Esse plano é um instrumento que deveria embasar as decisões sobre a cidade, o que não vem ocorrendo efetivamente.

Em Florianópolis, a etapa de elaboração do Plano Municipal já está superada, todavia diante da demora na sua implementação, é necessário uma revisão para então dar continuidade a sua implementação. A implementação do PMMA exige que o município tenha estrutura mínima de gestão, incluindo o órgão executivo com técnicos capacitados para coordenar e/ou executar suas ações, bem como um Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante e capaz de acompanhar o desempenho do plano, e primordialmente que tenha recursos financeiros suficientes e disponíveis para sua implementação e execução.

A temática da proteção da natureza é central para se pensar a cidade que queremos.

Esses instrumentos de governança necessitam de um órgão ambiental fortalecido em suas funções para ser capaz de executar suas atribuições. A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM) é a responsável pela gestão de 10 (dez) Unidades de Conservação. Atualmente, embora os Planos de Manejos de algumas unidades tenham sido elaborados, ainda não há assinatura por parte do executivo municipal.

A **FLORAM** é indispensável para a gestão da cidade e das emergências climáticas. No entanto, ela tem sofrido um desmonte sistemático desde a reforma administrativa dos anos de 2021 e 2023, com a retirada da autonomia administrativa, técnica e financeira. Hoje, a FLORAM tem apenas 15% do seu quadro de servidores preenchidos, são apenas 37 funcionários, muitos à disposição para outros órgãos. No setor de fiscalização, a FLORAM conta com apenas 1 fiscal por região, ou seja, apenas 5 fiscais para toda Florianópolis. O Departamento de Unidades de Conservação (DEPUC) tem 9 servidores incluindo chefia, para a realizar a gestão de 10 unidades de conservação que ocupam uma extensão territorial de aproximadamente 40% do município. Não há estruturas mínimas para os servidores, o

concurso vigente é insuficiente e inadequado, faltam EPIs, há acúmulo e desvio de função, não há sede própria e o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) desde o ano de 2018 não há repasses.

Para uma **cidade resiliente** inserida no cenário de mudanças climáticas, as áreas urbanas devem ser pensadas em camadas sobrepostas onde se integre corredores ecológicos, zonas de amortecimento em harmonia com as disposições do Plano Diretor.

Ainda, o zoneamento urbano deve ser pensado a partir dos riscos que a emergência climática produz. Além disso, todo sistema possui capacidades e limites, o sistema das cidades e o da natureza, e isso deve ser outro fator a ser considerado. Por isso, é preciso **proteger** as áreas com elementos naturais de relevância ecológica e ecossistêmica.

Propostas:

1. **Fortalecimento das instituições e estruturas diretamente ligadas ao meio ambiente**, ampliando os trabalhos de fiscalização, monitoramento e serviços ambientais;
2. **Preservação dos recursos hídricos** através de programas de recuperação de matas ciliares, por implementação de corredores agroecológicos e planejamento urbano, ampliando áreas verdes;
3. **Revogação das reformas administrativas recentes**, que promoveu uma retirada da autonomia administrativa, técnica e financeira da FLORAM;
4. **Reestruturar a FLORAM, com a realização de concurso público para reposição do seu quadro de servidores** de modo a suprir o déficit de 85% nos cargos existentes;
5. **Aprimorar o sistema de rastreabilidade dos procedimentos de fiscalização**, a fim de alcançar uma eficiência fiscalizatória e, para isso, necessita-se de uma integração entre os órgãos do SISNAMA;
6. **Auditoria do Fundo Municipal de Meio Ambiente** para apuração e transparência da aplicação dos recursos;
7. **Garantir um planejamento orçamentário participativo, horizontal e democrático nos órgãos municipais responsáveis pela gestão de recursos hídricos e do meio ambiente**, inclusive ampliando a capacidade técnica dos órgãos municipais para gestão ambiental e das águas;
8. **Implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica**, com o desenvolvimento de programas municipais para a restauração ecológica;
9. **Promoção de consórcios entre municípios** para a execução das diretrizes do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, inclusive com divisão de recursos captados em atividades consorciadas entre municípios;
10. **Investimento nas unidades de conservação sob gestão municipal**, com o aprimoramento das estruturas com sinalizações, estruturas físicas das sedes, disponibilização de servidores técnicos, administrativos e operacionais para cada unidade de conservação, bem como o estabelecimento de parcerias com os governos estadual e federal para a gestão das unidades de conservação estaduais e federais localizadas no território do município;
11. **Fortalecimento das brigadas de incêndio**, buscando integrar o monitoramento das queimadas com atuação conjunta entre o Corpo de Bombeiros, IBAMA e associações da sociedade civil que detenham conhecimentos e atuação temática específica;
12. **Proteção e recuperação das áreas de preservação permanente**, pois exercem papel fundamental na proteção e preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica e da biodiversidade, protegem o solo e garantem a segurança o bem-estar das pessoas;
13. **Fortalecimento de um zoneamento ambiental abrangente que proteja áreas sensíveis**, como manguezais, restingas e encostas, a fim de preservar a biodiversidade, reduzir o risco de desastres e promover um crescimento urbano socioambientalmente adequado;
14. **Criação de novas Unidades de Conservação**, como medida de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na promoção da restauração ecológica.

Eixo 3

Cuidar da cidade

Planejamento urbano

Florianópolis teve um crescimento significativo no último período. Entre 2010 e 2022, anos em que se realizou o Censo, a população da capital catarinense cresceu 27,5%. De forma similar, cresceram também o número de imóveis e de veículos particulares. Acontece que este crescimento não foi acompanhado por um planejamento urbano responsável, condizente com os novos desafios e capaz de garantir um desenvolvimento social associado à preservação ambiental.

Em realidade, as últimas gestões atuaram no sentido inverso. Observamos um **desmonte progressivo da estrutura da administração municipal**, expressada principalmente pelo **enfraquecimento da Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM) e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).** Estes órgãos, que já foram referência nacional em suas áreas, têm sido atacados de forma aberta nas últimas reformas administrativas, debilitando seu corpo técnico, retirando atribuições e reduzindo orçamentos.

Este desmonte está associado também ao esvaziamento dos conselhos municipais, como o Conselho da Cidade, negligenciando a participação social no processo de definir os rumos da cidade. Em contrapartida, nota-se o avanço das terceirizações na prestação de serviços e na construção de projetos e políticas públicas.

Neste sentido, a Prefeitura de Florianópolis encontra-se hoje fortemente debilitada em sua capacidade técnica. Com o IPUF e a Floram enfraquecidos e com a participação social cerceada, o município enfrenta dificuldades para desenvolver diretrizes e políticas de planejamento urbano, em garantir a fiscalização urbana e ambiental e em estabelecer políticas de desenvolvimento social que vão ao encontro das reais demandas da população local.

De modo ainda mais grave, **a revisão do Plano Diretor**, realizada pela atual gestão em um processo anti-democrático e cheio de irregularidades, representou uma grave ameaça contra nossas riquezas naturais e um avanço da especulação imobiliária em nosso município, ao enfraquecer medidas de proteção ambiental ao mesmo tempo em que flexibiliza parâmetros de construção civil. Sem planejamento e políticas adequadas, esta revisão acelera o crescimento desordenado no município e aprofunda problemas sérios como nas áreas de saneamento e mobilidade urbana e no acesso a serviços públicos.

Acreditamos que **outro modelo de desenvolvimento da cidade** é possível e necessário. Defendemos uma gestão municipal capaz de desenvolver articuladamente planejamentos de longo prazo, buscando superar desafios de forma intersetorial e impedindo que interesses privados falem mais alto do que as demandas de nossa gente. Neste sentido, reivindicamos que o **IPUF** retome seu protagonismo no planejamento urbano do município, de forma ambientalmente responsável e articulada com outras políticas públicas. Além disso, queremos aproximar a Prefeitura, a partir do IPUF e das secretarias fortalecidas, das universidades e instituições de pesquisa, buscando desenvolver parcerias em prol do desenvolvimento urbano e social de Florianópolis.

Da mesma forma, queremos construir uma cidade que seja de todos, com espaços públicos estruturados, seguros e acessíveis a partir do diálogo com as comunidades. Vamos desenvolver também políticas de valorização do uso responsável de nossas riquezas naturais, implementando equipamentos de acessibilidade e preservação e garantindo a participação comunitária na gestão e manutenção destes espaços.

Propostas

1. **Fortalecimento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF)** enquanto órgão de referência para o planejamento urbano de Florianópolis a longo prazo, pautando um modelo de desenvolvimento que priorize a justiça social e a proteção ambiental. Vamos garantir recursos adequados, ampliação e capacitação do quadro técnico e investimentos em tecnologia, além de desenvolver iniciativas em cooperação com as universidades e instituições de pesquisa;
2. **Criar incentivos à construção sustentável**, estabelecendo incentivos fiscais e regulatórios para promover a construção sustentável e a adoção de tecnologias verdes em novos empreendimentos;
3. **Fortalecer a participação social e a representação democrática da sociedade civil no Conselho da Cidade**, envolvendo ativamente a comunidade no processo de planejamento urbano por meio de audiências públicas, consultas públicas e parcerias com organizações da sociedade civil;
4. **Desenvolver políticas participativas de implementação, melhorias e manutenção de espaços públicos** como parques, praças, praias e lagoas. Vamos construir equipamentos que garantam acessibilidade, segurança e preservação ambiental, definindo prioridades a partir da escuta ativa junto às comunidades e implementando políticas de gestão e preservação dos espaços públicos;
5. **Avançar na implementação de fiação subterrânea para iluminação pública**, garantindo maior estabilidade e segurança no fornecimento de energia e valorizando nosso patrimônio histórico.

Habitação

A garantia a uma **moradia digna** é um direito social previsto na Constituição Federal. Contudo, acessar este direito em Florianópolis tem se tornado cada vez mais difícil. Segundo o Índice Fipezap, hoje a capital catarinense possui **o segundo aluguel mais caro do Brasil entre as capitais,** mantendo um ritmo de crescimento entre os mais altos do país. No mesmo sentido, o preço do metro quadrado em Florianópolis é o quarto mais caro do Brasil, também com taxas elevadas de valorização.

Estes indicadores reforçam o fato de que **o custo de vida** em nossa cidade é um dos mais altos do país, o que tem grandes consequências para milhares de pessoas. Em termos de habitação, a situação é séria e expressa uma cidade desigual, onde milhares de pessoas enfrentam a falta de uma moradia adequada enquanto avança a construção civil desenfreada em prol da especulação imobiliária. Nas situações mais graves, a falta de acesso tem contribuído para o aumento da população em situação de rua em Florianópolis. Além disso, nossa cidade possui milhares de moradias irregulares que não possuem acesso à infraestrutura e a serviços básicos, contribuindo para outros problemas municipais.

Diante deste desafio, a Prefeitura demonstra-se omissa. Florianópolis possui um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social aprovado em 2012 que nunca saiu do papel. A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano encontra-se negligenciada e com pouco orçamento. Do mesmo modo, são poucas as políticas de habitação de interesse social, em geral resultantes de programas do governo federal. Em contrapartida, as alterações legais realizadas nas últimas gestões, especialmente a revisão do Plano Diretor, contribuem para o crescimento desordenado em favor da especulação imobiliária.

Para mudar esta história, vamos construir uma prefeitura que realmente assuma o compromisso com a moradia digna enquanto direito de todos. Iremos **fortalecer as políticas de habitação de interesse social,** tanto através de programas federais quanto pela consolidação de projetos a nível municipal. Estas políticas, desenvolvidas de forma intersetorial, serão construídas por diferentes meios, buscando associar o direito à moradia com o desenvolvimento urbano e ambiental e com uma maior eficiência do orçamento público.

Vamos consolidar **programas de regularização fundiária** socialmente responsáveis, levando infraestrutura e equipamentos públicos para as comunidades e garantindo a preservação ambiental. Igualmente, construiremos **políticas de assistência técnica para habitações de interesse social** bem como a utilização do retrofit para revitalização de prédios públicos que possam ser destinados à moradia.

Propostas

1. **Implementar programas de habitação social** que priorizem o acesso à moradia para famílias de baixa renda. Isso será realizado em parceria com o programa federal Minha Casa, Minha Vida e pela reestruturação e implementação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS);
2. **Garantir o uso do retrofit em prédios públicos** para políticas de acesso à habitação social, incluindo a destinação de prédios federais a partir do programa Imóvel da Gente;

3. **Integrar a habitação social em projetos de desenvolvimento urbano sustentável**, com ênfase na revitalização de áreas degradadas e na criação de bairros mistos e inclusivos. Isso inclui a promoção de espaços públicos, áreas verdes e infraestrutura de qualidade acessível a todos os residentes.
4. **Buscar a implementação do Programa Moradia Primeiro** para população em situação de rua, de forma integrada às demais políticas de acesso a direitos;
5. **Desenvolver um programa de assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS)** que ofereça suporte técnico gratuito a famílias de baixa renda na construção, reforma e regularização de suas moradias. Este programa será pautado pela participação comunitária e construído pelos órgãos competentes da prefeitura em parceria com as universidades e com o governo federal;
6. **Fortalecer a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano**, capaz de atuar para o combate do déficit habitacional do município de forma integrada com as demais políticas urbanas. Buscaremos o desenvolvimento institucional da secretaria de modo a habilitar o município a integrar-se ao Sistema Nacional de Habitação Social;
7. **Avançar na regularização fundiária** de forma associada às melhorias das condições de infraestrutura e o acesso a serviços básicos. Buscaremos também construir parcerias com o programa Periferia Viva do Ministério das Cidades para pautar políticas de urbanização e ampliação de serviços nas comunidades periféricas, garantindo a participação das comunidades no processo;
8. **Combater a especulação imobiliária** e garantir que a terra seja utilizada para atender às necessidades habitacionais da população, através dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade e buscando fortalecer o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana é hoje um dos grandes desafios de Florianópolis. Milhares de pessoas enfrentam diariamente os **grandes engarrafamentos,** a **ineficiência de um transporte público caro e mal estruturado** e a falta de alternativas para o deslocamento. Diversos fatores contribuem para estes desafios, como a geografia da capital, a grande centralização de serviços e vagas de emprego na região central e o fluxo diário, na Grande Florianópolis, de entrada e saída da Ilha.

Contudo, o principal fator dos problemas de mobilidade urbana na capital catarinense é o descaso do poder público. Há 10 anos, o **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PLAMUS)** reforçou a importância e a urgência de investir em um transporte público estruturado e de qualidade, apontando para a construção de sistema de BRT (bus rapid transit - ônibus de trânsito rápido) e para a integração do transporte público metropolitano como medidas necessárias para melhorar o sistema e a mobilidade. Porém, as últimas gestões viraram as costas para este alerta, optando pela manutenção de um sistema caro, ineficiente e sem integração com os demais municípios da região metropolitana. Este descaso possui três efeitos principais: dificulta o acesso ao transporte público, reforça a priorização do transporte individual e agrava os problemas de mobilidade urbana.

Da mesma forma, a população que decide por se deslocar a pé ou de bicicleta enfrenta muitos obstáculos. **Calçadas destruídas e sem acessibilidade**, **vias com velocidades elevadas** e sem controle ou fiscalização, uma **malha cicloviária mal planejada** e que carece de conectividade e segurança. Além disso, observamos como a atual gestão se pauta por obras sem o devido planejamento e sem o devido diálogo com a população, o que não soluciona o problema em questão e acaba por gerar novos desafios.

É fundamental um novo olhar para a mobilidade urbana de Florianópolis, que passa necessariamente por um **novo modelo de planejamento urbano e pela priorização do transporte público e da mobilidade ativa.** O atual sistema de transporte público, baseado no financiamento a partir da tarifa do ônibus, está em crise: hoje, a Prefeitura gasta mensalmente milhões de reais em subsídios para complementar os contratos de concessão, sem que isso resulte em uma redução do preço da passagem ou uma melhoria no serviço. Pelo contrário: itinerários foram cortados, a frota de ônibus está debilitada e milhares de motoristas e cobradores foram demitidos nos últimos anos, contribuindo para uma significativa piora no transporte público.

Neste cenário, entendemos que é necessário consolidar um **Fundo Municipal de Mobilidade Urbana**. Este fundo, que poderá ser financiado a partir de diversos instrumentos, deverá ser a espinha dorsal de uma transformação no transporte público e na mobilidade urbana de Florianópolis. Além disso, sua implementação precisa estar vinculada a uma reestruturação da forma de financiamento atual da concessão, superando a lógica de financiamento centrado na tarifa.

Estas políticas, associadas, abrem caminho para a implementação gradual da **Tarifa Zero** no transporte público. Já implementada em mais de 100 cidades, a Tarifa Zero busca garantir o direito social à cidade e ao acesso aos serviços públicos para toda a população e serve como incentivo para o uso do transporte público. Do mesmo modo, as experiências demonstram que a sua implementação tem efeitos positivos no comércio local e em outros setores, ao representar uma importante economia para as famílias. Não se trata de transporte de graça, mas uma política pública que é financiada por toda a população que se beneficia direta ou indiretamente por ela, tal como o Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste mesmo sentido, entendemos que não é possível pensar em soluções para a mobilidade urbana de Florianópolis sem considerar suas dinâmicas metropolitanas. Por isso,

defendemos que **o PLAMUS se torne realidade**, a partir do diálogo com as demais prefeituras e com o governo estadual e buscando recursos junto ao governo federal para a construção de corredores exclusivos de ônibus nos principais trechos da região metropolitana.

Propostas

1. **Priorizar o investimento em transporte público,** buscando a ampliação das linhas e horários, especialmente durante os finais de semana e feriados. Realizaremos estudos para identificar as principais demandas por novas linhas, visando a integração nos bairros e reduzir os tempos de deslocamento. Buscaremos também a implementação de veículos menores para itinerários específicos;
2. **Criação do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana** por meio de estudos sobre formas de financiamento, visando ampliar o investimento em transporte público, em infraestrutura e na redução da tarifa;
3. **Pautar a atualização e implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS)** a partir do diálogo com as prefeituras da Grande Florianópolis. Buscaremos a **integração do transporte público metropolitano** e a implementação gradual de sistema BRT, iniciando pela construção de corredores exclusivos de ônibus a partir de investimentos federais;
4. **Implementar a Tarifa Zero, de forma gradual, no transporte público** por meio do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, garantindo a sustentabilidade orçamentária e a qualidade do transporte;
5. **Reestruturação dos contratos de concessão do transporte público,** buscando substituir a forma de financiamento via tarifa pela remuneração por viagem realizada e a recomposição dos quadros de funcionários;
6. **Pautar a substituição gradual da frota por ônibus elétricos,** junto ao governo federal e o BNDES, visando a redução do impacto ambiental e dos custos de rodagem;
7. **Fortalecer o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (CONMURB),** garantindo seu funcionamento com representatividade dos distintos setores e integrando-o ao Sistema Municipal de Participação Social (SMPS);
8. **Realização de estudos para redução de velocidade em vias residenciais e de grande circulação de pedestres,** implementando equipamentos como faixas elevadas (lombofaixas);
9. **Promover a integração entre diferentes modos de deslocamento**, integrando de forma eficiente ônibus, veículos particulares, bicicletas, pedestres e o sistema aquaviário, criando uma rede de transporte coesa e sustentável;
10. **Criar programa de reformas e instalação de calçadas**, vinculado a políticas de acessibilidade em calçadas e para uso de transporte público para idosos, pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida;
11. **Realizar programa de ampliação e melhorias** da rede cicloviária do município, priorizando a implementação de ciclovias de forma integrada e a construção de bicicletários públicos. Vamos implementar também medidas de segurança para os ciclistas, especialmente nas rodovias e vias de alta velocidade;

Gestão, transparência e participação social

Nos últimos anos, Florianópolis tem estado nas manchetes nacionais em razão de diversos casos de **suspeitas de corrupção** envolvendo diretamente a Prefeitura e a Câmara de Vereadores. São escândalos que envolvem várias secretarias e incluem possíveis crimes como desvios de verbas, fraudes em licitações, superfaturamento de contratos e lavagem de dinheiro.

Na atual gestão, as investigações sobre esquemas de corrupção se intensificaram e já resultaram no afastamento ou prisão de figuras do primeiro escalão do governo municipal. Observa-se que **muitos dos casos investigados estão relacionados com áreas terceirizadas**, como na coleta de lixo em regiões onde a Comcap não atua, ou setores que o atual governo busca privatizar.

Mais do que casos isolados, parece que a corrupção se instalou nos corredores da Prefeitura, tornando-se um problema estrutural e levantando questionamentos sobre toda a gestão. Este problema é sentido diariamente pela população, observando obras inacabadas, políticas públicas precarizadas e uma administração ineficiente. Por outro lado, **os mecanismos de transparência e combate à corrupção** se mostram apenas elementos de marketing.

Da mesma forma, o projeto político das últimas gestões municipais tem **enfraquecido os espaços de participação social**, como os conselhos e conferências, e impedido que a população tenha voz nos rumos da cidade. A revisão do Plano Diretor do município, instrumento fundamental para definir os rumos da cidade, foi conduzida de forma antidemocrática, com audiências públicas deslegitimadas e os anseios populares ignorados. Até mesmo os órgãos de planejamento urbano e de proteção ambiental foram desrespeitados em prol da aprovação de um projeto que interessa a setores privilegiados da sociedade.

Contudo, acreditamos que é possível construir uma Prefeitura diferente. **Queremos inverter prioridades, democratizar a gestão, valorizar os serviços públicos e combater as privatizações.** Nossa gente merece uma gestão transparente, ética e comprometida com o bem-estar de todos os cidadãos.

Para isso, nosso projeto de gestão municipal é baseado em **5 princípios**. O primeiro deles é a defesa e ampliação da **participação social** como forma de democratizar a gestão. Entendemos que é fundamental fortalecer instrumentos de participação como conselhos, conferências e congressos, garantindo que os setores da sociedade estejam devidamente representados de forma ampla e respeitando as diversidades. Esta representação busca garantir que a população possa influenciar nas prioridades e garantir a realização de políticas públicas. Do mesmo modo, queremos tornar o orçamento participativo uma política de Estado, enquanto instrumento democrático. de desenvolvimento social.

O segundo princípio é a **descentralização da gestão municipal**. Florianópolis é uma cidade rica e diversa. Cada bairro, cada comunidade, possui suas características únicas e potenciais distintos. Por isso, construiremos uma Prefeitura pautada pela descentralização administrativa, fortalecendo as intendências e subprefeituras enquanto estruturas democráticas capazes de atender as necessidades de cada território e pensar políticas específicas para cada região da cidade.

O terceiro princípio é o de **intersetorialidade**. Nosso projeto de cidade defende uma Prefeitura responsável, que respeite e valorize os seus servidores públicos, que desenvolva a escuta ativa da população e que enfrente os desafios a partir de abordagens multissetoriais. É fundamental que as diversas estruturas da gestão municipal trabalhem em permanente diálogo, construindo políticas transversais respeitando as diversidades e somando esforços para o desenvolvimento econômico e social do município.

O quarto princípio é o de **transparência e controle social.** Diante de tantos escândalos de corrupção, é urgente o desenvolvimento de políticas e arranjos institucionais que promovam maior transparência das ações do Executivo, que criem mecanismos de fiscalização e controle de contratos e serviços e que possibilitem que a população seja parte deste processo. Precisamos aprimorar a publicização de dados e informações de forma acessível e inovadora e implementar espaços permanentes de prestação de contas perante a sociedade.

O quinto princípio é o de **inovação**. Florianópolis é hoje referência nacional e internacional de desenvolvimento de tecnologias de conhecimento e inovação. É fundamental aprofundar as parcerias entre a Prefeitura, as universidades e o setor privado para desenvolver e incorporar projetos inovadores para a gestão municipal, pautando-se pela desburocratização, aprimoramento dos serviços realizados e aproximando cada vez mais o Executivo do cidadão.

Propostas

1. **Implementação de Sistema Municipal de Participação Social (SMPS),** integrando as diversas instâncias de participação social e outras formas de diálogo entre a administração pública municipal e a sociedade civil no processo de desenvolvimento de programas e políticas públicas;
2. **Fortalecer e viabilizar o funcionamento dos conselhos e realização de conferências municipais**, consolidando o papel da sociedade civil na construção de políticas públicas e garantindo o controle social sob a prestação de serviços e as ações do município;
3. **Fortalecer as intendências e subprefeituras,** para que se tornem estruturas de administração descentralizadas e participativas. Criaremos **conselhos comunitários locais** a partir das intendências, integrando distintos setores do serviço público e da sociedade civil e garantindo uma atuação de forma transparente e com isonomia;
4. **Consolidar o orçamento participativo**, garantindo que a população participe da definição de prioridades da prefeitura. Faremos que o orçamento municipal seja construído de forma descentralizada e participativa;
5. **Estabelecer novos arranjos institucionais de transparência e controle social a partir da Política Municipal de Transparência**, ampliando o acesso à informação sobre dados e ações da prefeitura. Priorizaremos a construção de mecanismos de transparência e controle social acerca das obras públicas e contratos terceirizados;
6. **Aperfeiçoamento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)**, buscando o fortalecimento jurídico e institucional dessas organizações e fortalecendo seu papel na construção e execução de políticas públicas;
7. **Desenvolver instrumentos de inovação na gestão municipal** juntamente com as universidades, instituições de pesquisa e com a iniciativa privada, buscando a desburocratização, a melhoria de serviços e o fortalecimento da transparência municipal;
8. **Modernizar o Pró-Cidadão** a partir da integração de secretarias, da padronização de procedimentos e da implementação de sistema digital para submissão de documentos e acompanhamento de tramitação de processos. Queremos consolidar um serviço descentralizado e acessível, que garanta agilidade no atendimento e que esteja disponível de forma remota.

Transição Energética

Não há mais tempo para medidas negacionistas com relação às mudanças climáticas. A alteração do clima está sendo sentido cotidianamente.

O Pacto de Solidariedade Climática e a Agenda de Aceleração será um dos pilares das políticas públicas municipais, com o comprometimento na redução das emissões dos gases de efeito estufa, especificamente com a aceleração de ações de transição justa para fontes

renováveis.

Florianópolis tem uma grande capacidade de geração de energia a partir da energia solar. No ano de 2022, Florianópolis foi a cidade que mais cresceu no uso de energia solar no Brasil, no entanto o perfil das instalações é predominantemente residencial, respondendo por quase 99% do total.

É essencial que os prédios públicos municipais realizem diagnóstico de suas instalações para avaliarem a viabilidade da adequação dos prédios públicos como fonte geradora de energias renováveis.

Além disso, há uma pobreza energética, ou seja, quando uma pessoa ou um grupo encontra dificuldades de ordem física, tecnológica e/ou econômica de acesso à energia. Por isso, o Projeto energia solar para famílias de baixa renda é uma medida essencial.

Em Florianópolis, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, em outubro de 2023, 56.943 famílias estão inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), ou seja, famílias que tenham renda familiar mensal igual ou inferior a 1/2 salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Essa ação, além de contribuir com as ações de transição justa de fontes renováveis, também promove Justiça Climática. É sabido que a população vulnerabilizada serão as mais atingidas pelos eventos extremos.

Podemos expandir essa ideia!

Propostas

1. **Realização de diagnóstico da utilização de fontes renováveis de energia** nos prédios públicos municipais;
2. **Criação de projeto energia solar para famílias de baixa renda;**
3. **Incentivo para organizações do terceiro setor e lideranças comunitárias para promover o acesso à energias limpas;**
4. **Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologias de energia limpa,** incluindo energias renováveis, eficiência energética, promovendo o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

Inovação e outras economias

Florianópolis está em uma posição única para alavancar a geração de emprego e renda a partir das potencialidades da população. A Economia Criativa e Solidária são motores de desenvolvimento econômico e social que oferecem soluções inovadoras e sustentáveis para desafios sociais, ambientais e econômicos nas áreas de saúde, educação, turismo comunitário, esporte e cultura.

A Economia Criativa tem como foco a valorização da criatividade, habilidades e talentos individuais, gerando valor econômico e cultural para a cidade. Este setor abrange áreas como artes, design, moda, cinema, música, turismo, gastronomia, entre outros. A criatividade e a inovação são os principais motores desse segmento, impulsionando a geração de renda, criação de empregos, mobilidade social e desenvolvimento econômico sustentável.

Florianópolis é reconhecida como "Ilha do Silício" por sua forte presença no setor de tecnologia; é um exemplo de como a inovação pode ser utilizada para criar soluções que vão além das fronteiras geográficas, mas que também devem beneficiar o contexto local. É essencial conectar empreendedores e comunidades locais, desafiando-os a criar soluções que valorizem as pessoas e as características únicas de Florianópolis.

A economia solidária, por outro lado, se destaca como uma estratégia essencial para promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e humano de forma justa e inclusiva oferecendo soluções inovadoras para o trabalho e a geração de renda por meio da autogestão e da organização coletiva. Baseada nos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade, promove iniciativas que priorizam o bem-estar social e a inclusão. Este modelo abrange o cooperativismo, associativismo e empreendedorismo comunitário.

Em Florianópolis, há um movimento consistente de empreendedores solidários e criativos que atuam em diversas formas, como cooperativas, associações e grupos informais. No entanto, esses empreendedores enfrentam desafios devido à falta de infraestrutura adequada, recursos financeiros e visibilidade. Para garantir a sustentabilidade a longo prazo e maximizar o impacto positivo na comunidade, é essencial desenvolver políticas públicas que fomentem esses empreendedores, consolidando e integrando suas ações com outras políticas setoriais. A promoção da inovação com impacto social, por meio de políticas que incentivem a economia criativa, solidária e circular, é crucial para o desenvolvimento responsável da cidade, promovendo justiça, inclusão social, bem-estar da população, crescimento econômico e mobilidade social, além de orientar a administração pública em direção a soluções territoriais sustentáveis.

Ao integrar a economia criativa e a economia solidária com a inovação social, Florianópolis tem a oportunidade de se tornar um modelo de cidade inteligente e sustentável. Essa abordagem sistêmica não apenas resolve problemas locais, mas também posiciona a cidade como líder em soluções inovadoras e inclusivas, garantindo um futuro próspero e equitativo para todas as pessoas.

Propostas:

1. **Fomentar o desenvolvimento de empreendimentos solidários**, implementando

uma incubadora de inovação social e apoiando a criação, o desenvolvimento e a sustentabilidade de cooperativas, associações e grupos informais de economia solidária;

2. **Regulamentar a Política Municipal de Economia Solidária;**
3. **Desenvolver o Plano Municipal de Economia Solidária,** de forma participativa, estabelecendo ações de curto, médio e longo prazo e visando a integração da economia solidária às políticas públicas locais.
4. **Desenvolver programas de capacitação para servidores municipais**, gestores e membros de empreendimentos solidários, fortalecendo a gestão e a operação de negócios solidários.
5. **Criar e apoiar a manutenção de espaços de comercialização** para produtos da economia solidária, como feiras, mercados públicos e centros de distribuição.
6. **Desenvolver ações específicas para integrar populações vulneráveis**, como mulheres em situação de violência, pessoas em situação de rua, migrantes e comunidades tradicionais, em programas de geração de renda e oportunidades;
7. **Consolidar espaços "Faça você mesmo" (Espaço Maker),** enquanto locais equipados para colaboração e criação, onde as pessoas podem se reunir para compartilhar conhecimentos em fabricação e prototipagem.
8. **Criar o Programa de Aceleração de Negócios de Impacto Periférico (PANIP),** que incentiva soluções territoriais por meio de editais, bolsas de estudos e apoio a empreendedoras, com foco na integração com outras secretarias para proporcionar condições de trabalho adequadas.
9. **Implementar política de aceleração de startups de Impacto,** garantindo suporte financeiro e técnico para projetos tecnológicos que abordam problemas urbanos, sociais e ambientais e promovendo uma cultura de inovação inclusiva.
10. **Criar Centros de Capacitação e Orientação ao Empreendedorismo Periférico,** enquanto espaços comunitários para capacitação e suporte técnico, promovendo a Economia Solidária e Criativa e gerando oportunidades de emprego.
11. **Desenvolver políticas públicas específicas para apoiar mulheres empreendedoras,** de forma associada às políticas voltadas à economia do cuidado..

Turismo

Enquanto cidade com enorme expressividade turística, é fundamental que o turismo seja incluído entre os temas centrais de gestão da cidade, considerando suas dimensões econômicas, ambientais e sociais. Em 2022, **Florianópolis arrecadou cerca de R$80 milhões com ICMS turístico.** No mesmo ano, foram abertas 3.682 empresas turísticas e o saldo de empregos (vínculos empregatícios de empresas ligadas ao Turismo) foi de 31.543 vagas, representando 6% da população local. O turismo de sol e praia é o principal concentrador do fluxo de visitantes, sendo que os 3 meses do verão acumulam praticamente o mesmo número de turistas que no período restante do ano.

Apesar da importância do turismo para Florianópolis, **a atual estrutura de gestão do setor possui muitas debilidades.** Efetivamente, não se conhece a fundo a demanda turística da cidade, o que cria obstáculos à execução de ações planejadas. Da mesma forma, nossa Política Municipal de Turismo é antiga e defasada, datada de 1992.

Para além disso, **o efeito da sazonalidade afeta também outros pontos já bastante sensíveis na cidade,** como a péssima mobilidade urbana, a pressão ambiental, o déficit de moradias e a saturação do sistema de saúde, entre outros. Isso significa que se por um lado são diversos benefícios desta atividade, por outro a falta de gestão e de políticas públicas adequadas e intersetoriais representam o aprofundamento de muitos problemas da cidade que são sentidos tanto por moradores quanto por turistas.

Este diagnóstico piora quando olhamos para a atual estrutura da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes. O quadro de servidores está hoje bastante defasado, carecendo inclusive de um turismólogo. De modo mais grave, recentes investigações revelaram que a principal suspeita de corrupção registrada na atual gestão encontra-se justamente na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.

Diante desta difícil realidade, é necessário que o turismo seja visto com muita responsabilidade. O desafio passa, em primeiro lugar, pela **reestruturação da Secretaria Municipal de Turismo**, buscando a composição de um Conselho representativo que acolha todas as vozes do segmento de maneira equilibrada. Estabelecer uma coordenação transversal que possa potencializar o turismo não só como atividade econômica, mas como ferramenta de preservação ambiental e das identidades históricas e sócio-culturais, considerando a natureza e a cultura do município como ativos fundamentais.

Mais do que a preocupação com a criação da demanda turística, que também é fundamental, nossa atuação deve se pautar pelo **ordenamento e governança do setor,** pensando no desafio de respeitar a capacidade de carga inerente aos limites ambientais, bem como distribuir mais equitativamente os benefícios gerados pela atividade.

Da mesma forma, precisamos **reformular nossa Política Municipal de Turismo**, para que esteja devidamente atualizada e coerente com a realidade atual. Esta construção precisa passar também pela maior cooperação entre os municípios da Grande Florianópolis. Apesar de possuir desafios e potenciais em comum, Florianópolis hoje pouco dialoga com as demais cidades da região metropolitana, não desenvolvendo políticas de parceria nem colocando a devida importância na efetivação do Programa de Regionalização do Turismo, principal política pública federal do segmento.

Propostas

1. **Estabelecer um planejamento estruturado do Turismo com diversos setores,** como infraestrutura, meio-ambiente, cultura, desenvolvimento econômico e educação;
2. **Revisar o decreto de composição do Conselho Municipal de Turismo**, visando a paridade entre as esferas da gestão pública, iniciativa privada e sociedade civil organizada;
3. **Criar mecanismos permanentes de estimativa e acompanhamento do fluxo turístico** visando o controle da capacidade de carga;
4. **Trabalhar o desenvolvimento dos produtos turísticos,** com valorização das iniciativas de base comunitária, atividades na natureza, potencial criativo da cultura e inovação, com vistas a diversificar e qualificar a demanda turística frente à pressão da sazonalidade do turismo de sol e praia;
5. **Implementar a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária** em tramitação na Câmara, garantindo a presença das iniciativas populares na composição da oferta turística;
6. **Planejar e fomentar os eventos com desburocratização de licenças e alvarás,** redução da alíquota de ISS e taxações para realizadores, visando estimular o turismo vinculado a este segmento;
7. **Tornar o registro no CADASTUR obrigatório às empresas que exercem atividade característica de turismo (ACT)**, com vistas à qualificação dos dados de atividade turística;
8. **Incluir a visitação nos planos de manejo das unidades de conservação municipal,** priorizando iniciativas de educação ambiental, sustentabilidade e inclusão das comunidades tradicionais na governança turística;
9. **Criar a Rota dos Museus de Florianópolis**, como forma de incentivo às visitações públicas e de intercâmbio cultural, garantindo a manutenção e uso adequado dos museus mantidos pelo Poder Público Municipal.